RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO PACTO GLOBAL DA ONU (2021) E IMPACTO ACADÊMICO DA ONU (2021), NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Institutional Human Rights Reports: an analysis of the UN Global Compact (2021) and UN Academic Impact (2021), within Universidade Federal de Uberlândia.

Juliana Aparecida Custódio[1]
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Vitorino[2]

RESUMO

Relatórios institucionais de direitos humanos têm se tornado instrumentos cada vez mais imprescindíveis para mensuração de resultados, especialmente nas universidades. Isso porque, tais instituições têm firmado parcerias promissoras com programas internacionais de proteção e promoção desses direitos, como cátedras, consórcios e acordos de cooperação. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar dois importantes relatórios institucionais de direitos humanos: a Comunicação de Engajamento (COE/2021), da iniciativa do Pacto Global da ONU e o Relatório de Atividades (RA/2021), do Impacto Acadêmico da ONU, ambos programas em a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) firmou compromisso. O resultado da iniciativa permitiu o desenvolvimento de um "guia" para elaboração de relatórios futuros.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Relatórios Institucionais. Pacto Global da ONU. Impacto Acadêmico da ONU.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Parcerias institucionais em direitos humanos e os relatórios de atividades. 2.1. A importância das parcerias institucionais em direitos humanos. 2.2. Relatórios institucionais de direitos humanos. 3. Pacto Global da ONU e a comunicação de engajamento (COE/2021) da UFU. 3.1. O Pacto Global da ONU. 3.2. Objetivos do desenvolvimento do milênio (ODMs) e objetivos do desenvolvimento sustentável (ODSs). 3.3. Os Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. 3.4. A comunicação de engajamento (COE/2021), da Universidade Federal de Uberlândia. 4. Impacto acadêmico da ONU (UNAI) e o relatório de atividades (2021) da UFU 4.1. O Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI). 4.2. Os Dez Princípios Básicos da UNAI. 4.3 O Relatório de Atividades (RA) do UNAI (UNAI/2021), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

[1] Discente do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis", da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: juacustodio2712@gmail.com.

[2] Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Ratio Legis - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa. Foi Academic Visitor na Universidade de Oxford. Pesquisador nas áreas de Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Constitucional, com especial ênfase na liberdade religiosa e nos modos de relação entre Estado e Religião. Lidera o Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião - CEDIRE e o Laboratório de Direitos Humanos e Justiça Global - LabDH. Integrou a equipe de pesquisadores em projeto da Universidade de Oxford (Oxford Pro Bono Publico), que submeteu proposta ao Parlamento Inglês com considerações sobre a elaboração de uma constituição escrita. É o Relator Nacional para o Constitute Project. É membro de International Consortium for Law and Religion Studies - ICLARS (Universidade de Milão), de Law and Religion Scholars Network - LARSN (Universidade de Cardiff) e do Consórcio Latino-Americano de Liberdade Religiosa - CLLR. Prof. Rodrigo Vitorino é habilitado pela Ordem dos Advogados do Brasil. E-mail: rodrigo.vitorino@ufu.br.

ABSTRACT

Institutional reports of human rights have become increasingly indispensable tools for measuring results, especially in universities. This is because such institutions have established promising partnerships with international programs to protect and promote these rights, such as chairs, consortia and cooperation agreements. In this sense, the present work sought to analyze two important institutional reports of human rights: the Engagement Communications (COE/2021), the UN Global Compact initiative and the UN Academic Impact Report (RA/2021), both programs at Universidade Federal de Uberlândia (UFU) have made commitment. The result of the initiative allowed the development of a "guide" for future reporting.

Keywords: Human rights. Institutional Reports. UN Global Compact. UN Academic Impact.

Summary: 1. Introduction. 2. Institutional partnerships in human rights and activity reports. 2.1. The importance of institutional partnerships in human rights. 2.2. Institutional human rights reports. 3. UN Global Compact and Engagement Communication (COE/2021) at UFU. 3.1. The UN Global Compact. 3.2. Millennium Development Goals (MDGs) and Sustainable Development Goals (SDGs). 3.3. The ten universal principles in the areas of human rights, labour, the environment and anti-corruption. 3.4. The engagement communication (COE/2021) at Universidade Federal de Uberlândia (UFU) 4. UN Academic Impact (UNAI) at UFU 4.1 Activity Report (2021). The Academic Impact of the United Nations (UNAI). 4.2. The Ten Basic Principles of UNAI. 4.3. The Activity Report (RA) of UNAI (UNAI/2021), at Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por escopo apresentar o processo de criação, desenvolvimento e revisão de dois importantes relatórios institucionais de direitos humanos no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), quais sejam, o Relatório Comunicação de Engajamento (COE)[3], do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Relatório de Atividades (RA) do Impacto Acadêmico da ONU (UNAI)[4], ambos programas da Nações Unidas em que a UFU firmou compromisso.

Voltados para promoção dos direitos humanos no âmbito institucional, especialmente sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 30, ambos os relatórios (doravante RA e COE) foram desenvolvidos, em 2021[5], pelo Laboratório de Direitos Humanos (LabDH)[6], grupo de pesquisa e extensão sediado na UFU e que tem como líder pesquisador o Prof. Dr. Rodrigo Vitorino Souza Alves. O processo de criação e elaboração

[3] Anexo I
[4] Anexo II
[5] Embora elaborados em 2021, os Relatórios são referentes aos projetos desenvolvidos entre 2019 e 2020.
[6] Para mais informações sobre o LabDH: <Laboratório de Direitos Humanos (labdireitoshumanos.org)>. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

desses relatórios contou com a supervisão e orientação do docente, ponto focal dos programas na UFU, bem como com a colaboração dos demais discentes do "Núcleo de Relatórios" do LabDH.

Relatórios de direitos humanos têm se tornado instrumentos cada vez mais imprescindíveis para mensuração de resultados institucionais na área. As universidades, nesse sentido, têm firmado parcerias promissoras com programas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos, tais como cátedras, consórcios e acordos de cooperação[7], sendo exigência incontroversa de todos um relatório final de atividades. Apesar das formalidades específicas indicadas por cada iniciativa, de maneira geral, os programas esperam (i) a descrição das atividades desempenhadas; (ii) a indicação da relação da atividade com a proposta do programa[8]; e (iii) a mensuração dos resultados.

O desenvolvimento de relatórios de atividades, conquanto indispensável, é árduo trabalho. Além das minucias que envolvem a produção dos relatórios, ao menos no Brasil, as parcerias entre universidades e programas voltados à proteção dos direitos humanos no âmbito intstitucional são recentes, quase inéditos e, em conseguinte, necessitam de alguma experimentação.

O engajamento universitário em tais programas se acentuou após 2015, após os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs)[9]. Com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), os esforços para o alcance de metas globais de desenvolvimento passaram a ser mais colaborativos, envolvendo não só os Estados (e seus governos), mas também a sociedade em geral, incluídas as universidades.

Acerca das ODSs, um guia produzido pelo Pacto Global da ONU com a finalidade de orientar as empresas sobre a matéria, SDG COMPASS assevera que:

> Diferente dos seus antecessores, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), os ODS explicitamente convocam todas as empresas a utilizar sua criatividade e inovação para resolver os desafios de desenvolvimento sustentável. Os ODS foram acordados por todos os

[7] Podemos elencar, na Universidade Federal de Uberlândia, por exemplo: a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (ACNUR); o Pacto Global da ONU; o Impacto Acadêmico da ONU; a recém aprovada Cátedra Jean Monnet, dentre outros. Estes e outros acordos de cooperação podem ser acessados em: <|Relações Internacionais e Interinstitucionais (ufu.br)>. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

[8] Por exemplo, no relatório do Pacto Global da ONU, exige-se a relação da atividade desempenhada pelo projeto com uma ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Já o relatório do Impacto Acadêmico da ONU exige uma relação com os 10 Princípios Básicos Orientadores: <Sobre a UNAI | Nações Unidas>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[9] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Relatório Anual 2018. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022, pág.8.

> governos, mas o seu sucesso depende profundamente das ações e colaboração de todos os setores.[10]

O ineditismo reflete na escassez de relatórios institucionais precedentes, mormente no campo acadêmico. Cada universidade, nesse cenário, tem adotado mecanismos próprios para elaboração dos materiais, de acordo com as exigências de cada programa. Decorrente disso, há a falta de padronização mínima entre os relatórios, o que obsta a projeção real dos resultados dos programas instituídos, já que não é possível comparar, certamente, os avanços. Os relatórios dissonantes, nesse contexto, podem assumir papel meramente protocolar.

A presente pesquisa, dentro desse cenário, pretende ser informativa e instigante. Informativa à medida que pode servir de orientação para o desenvolvimento de relatórios institucionais de direitos humanos no âmbito universitário. Instigante porque tem a pretensão de oferecer condições para que outros projetos possam firmar parcerias institucionais com programas internacionais de direitos humanos e, de mais a mais, participarem da elaboração dos próximos relatórios COE e RA na UFU[11].

Em primeiro momento, pretende-se delinear o que são os relatórios institucionais de direitos humanos, a importância deles para a mensuração de resultados no âmbito universitário, as implicações das parcerias institucionais, tanto para sociedade (no que se refere à promoção dos direitos humanos), quanto para universidades (como critério de avaliação nos *rankings* acadêmicos, por exemplo).

Após, será apontada uma das principais referências internacionais para elaboração de relatórios de direitos humanos: as Normas GRI (*Global Reporting Initiative*). Adicionalmente, serão citados alguns dos relatórios mais importantes sobre a matéria, a saber, The United Nations Human Development Report; State of the World's Children Report; Progress of the World's Women Report; Report of the Secretary- General on the Work of Organization (2022); Relatório Anual Cátedra Sérgio Vieira de Melo; Situação dos Direitos Humanos no Brasil (CIDH) (2021), dentre outros.

Sequencialmente, será abordado o Pacto Global da ONU, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e os Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, bem como será apresentado o Impacto Acadêmico da ONU e seus Dez Princípios Básicos.

De mais a mais, pretende-se apresentar a Comunicação de Engajamento (COE), do Pacto Global da ONU, e o "Academic Report" (Relatório Acadêmico), do Impacto Acadêmico

---

[10] SDG COMPASS. Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. 2022. Pág. 6.
[11] Se forem projetos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), apenas.

da ONU, referentes ao ciclo de atividades de 2019 e 2020, e os resultados encontrados nos dois relatórios, referentes à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Por fim, espera-se apontar as expectativas futuras para o desenvolvimento de standards universais mínimos para elaboração de relatórios institucionais de direitos humanos e os desafios para democratização dos processos de integração institucional.

2. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM DIREITOS HUMANOS E OS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

2.1. A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM DIREITOS HUMANOS

No meio universitário, parcerias com programas nacionais e internacionais de direitos humanos, como cátedras, acordos de cooperação e consórcios, por exemplo, são cada vez mais recorrentes. Incontestável a relevância de tais parcerias para sociedade e para própria universidade aderente.

Iniciativas como a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (ACNUR), o Pacto Global da ONU, o Impacto Acadêmico da ONU e tantas outras, dão um novo sentido à pesquisa e à extensão universitárias. Por meio delas, a comunidade acadêmica direciona esforços para o cumprimento de metas pré-definidas e para resolução dos problemas específicos apresentados em cada temática.

A extensão universitária é a aplicação do conhecimento produzido em projetos que vão beneficiar toda a sociedade. É a mais linda tarefa do estudante, que usa sua posição privilegiada para atuar frente aos desafios locais, para promoção de direitos. Como espera ser demonstrado nos próximos capítulos, a atuação local é, também, a chave para o progresso mundial.

As parcerias institucionais também são importantes para a universidade, inclusive com para propulsão da instituição no cenário do ensino e pesquisa. Muitos *rankings* universitários consideram a participação em pesquisa e extensão voltada para aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 30.

É o caso do *Times Higher Education* (THE), que elabora, anualmente, desde 2018, o *The Times Higher Education Impact Rankings*12, uma tabela de performance global que avalia universidades envolvidas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs):

> Os Rankings de Impacto são inerentemente dinâmicos: todos os anos, cada vez mais universidades procuram demonstrar o seu compromisso em entregar os ODS, juntando-se à nossa base de dados; e permitem que as

[12] A edição de 2022 do The Times Higher Education Impact Rankings está disponível em: <Impact Rankings 2022 | Times Higher Education (THE)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

> instituições demonstrem uma rápida melhoria ano após ano, introduzindo novas políticas claras, por exemplo, ou fornecendo provas mais claras e abertas do seu progresso[13].

Evidente, portanto, a importância da promoção dos direitos humanos através dos programas instituídos no meio acadêmico que, embora não sejam a única forma de avançar na matéria, são importantes para ela.

2.2. RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Relatórios institucionais de direitos humanos se tornaram, cada vez mais, imprescindíveis no âmbito universitário, o qual tem buscado alinhar seus projetos aos programas internacionais sobre a matéria, seguindo uma tendência global de cooperação internacional. Nesse cenário, além da produção do relatório *per si*, a divulgação de resultados é essencial para garantir a transparência e a publicidade das ações.

Esses documentos também são importantes para divulgação de conhecimento, promoção de iniciativas e mensuração de resultados. A depender da finalidade, os relatórios assumem formas e conteúdos particulares, como os relatórios de direitos humanos que serão apresentados neste trabalho. Contudo, normalmente, os programas não delimitam o formato ou a extensão do relatório e, em razão disso, há dificuldade acerca da estrutura a ser adotada, implicando em dificuldade de produção.

Diante disso, um recurso elementar na construção do relatório são as Normas GRI (*Global Reporting Initiative*)[14]. A GRI é uma organização internacional independente, sendo a *GRI Standards* um conjunto de indicadores que auxiliam na elaboração de relatórios de sustentabilidade. A estrutura das Normas GRI é dividida em áreas, quais sejam: (1) normas universais, que incluem divulgações gerais e abordagem de gestão; (2) normas específicas sobre o tema, que consistem em divulgações econômicas, ambientais e sociais. Os relatórios elaborados no padrão GRI também devem fornecer informações sobre como a instituição contribui para promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Algumas das noções gerais utilizadas para elaboração de um Relatório GRI podem ser aproveitadas para elaboração de relatório institucional em direitos humanos. Emerge a possibilidade, nesse sentido, de se adotar oito passos iniciais, espécies de princípios (normas gerais) a serem observados na produção dos relatórios:

---

[13] THE TIMES HIGHER EDUCATION IMPACT RANKINGS. Impact Rankings 2022. Disponível em: <Impact Rankings 2022 | Times Higher Education (THE)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[14] O download das Normas GRI atualizadas pode ser feito em: <GRI - GRI Standards Portuguese Translations (globalreporting.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

1. Entender qual a finalidade do relatório e definir prazos para elaboração.

Neste momento pretende-se entender a finalidade do relatório ("a quem se destina") e avaliar se o programa aderido exige formalidades. É preciso também definir a equipe de produção e estabelecer prazos e metas para finalização.

2. Determinar as prioridades do relatório, como a relação das atividades com os ODSs. Assim como definir os stakeholders15 mais relevantes.

Aqui, pretende-se avaliar as prioridades do relatório; apontar os projetos mais relevantes e as ações mais determinantes para a iniciativa acordada. Também é importante pensar de que forma o relatório poderá afetar os parceiros institucionais.

3. Construir a estrutura do relatório.

Essa parte consiste na elaboração de um brainstorming de iniciativas, para elaboração de um "sumário preliminar". É um "rascunho" do projeto.

4. Publicizar a parceria e levantar dados.

Talvez seja a etapa mais difícil do processo. Será preciso pensar em ferramentas adequadas para divulgação do programa e para captação de dados e informações entre os diversos parceiros. Por exemplo, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deve adotar mecanismos para divulgação da parceria, a fim de oportunizar a participação a todos os interessados. Depois, deve-se encaminhar aos interessados uma ferramenta para obtenção de dados, como um formulário. Mas tal ferramenta deve ser desenvolvida de forma que as informações recebidas estejam organizadas e cumpram com as necessidades das etapas anteriores (etapa 1, etapa 2 e etapa 3).

5. Desenvolver a parte textual.

Recebidas as informações, estas devem ser organizadas. Primeiro, deve-se elaborar um texto corrido, seguindo a estrutura elaborada na etapa 3. Depois, caberá ao relator apontar o formato de apresentação das informações. Por exemplo, o que vai continuar como texto e o que será transformado em tabela, gráfico ou imagem.

6. Elaborar a parte visual.

Definido o formato de apresentação das informações, é preciso elaborar a parte de design do relatório. Deve-se utilizar estratégias de comunicação eficientes e de fácil compreensão, pois relatórios institucionais em direitos humanos devem ser democráticos, ou seja, acessíveis a qualquer leitor.

7. Encaminhar para tradução, quando necessária.

Muitos programas internacionais exigem a tradução do relatório.

8. Revisar o relatório.

[15] Palavra em inglês que significa parceiros, empresas ou organizações que podem afetar ou serem afetados por um projeto da instituição.

> Por fim, a revisão de todo o conteúdo deve ser feita de forma minuciosa, especialmente quanto às fontes de informação.

A despeito dos oito passos sugeridos, um bom relatório institucional também deve conter, essencialmente, (i) a descrição das atividades desempenhadas; (ii) a indicação da relação da atividade com a proposta do programa[16]; e (iii) a mensuração dos resultados.

Alguns dos mais importantes relatórios em direitos humanos demonstram essa tendência, podendo-se citar o The United Nations Human Development Report[17]; o Progress of the World's Women Report[18]; o Report of the Secretary-General on the Work of Organization (2022)[19]; o Relatório Anual Cátedra Sérgio Vieira de Melo[20]; a Situação dos Direitos Humanos no Brasil (CIDH) (2021)[21].

Seguindo esse padrão internacional e com base nos princípios em voga é que foram elaborados, na UFU, os relatórios de direitos humanos, podendo-se citar a Comunicação de Engajamento (COE), Relatório do Pacto Global da ONU, e o Relatório de Atividades do Impacto Acadêmico da ONU. O processo de desenvolvimento desses documentos será apresentado durante este trabalho.

3. PACTO GLOBAL DA ONU E A COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO (COE/2021) DA UFU

3.1. O PACTO GLOBAL DA ONU

O *United Nations Global Compact* ou Pacto Global da ONU é uma iniciativa lançada no ano 2000, pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan (1938-2018), como uma proposta às lideranças empresariais: "um pacto de valores e princípios compartilhados, para resolver desafios de desenvolvimento sustentável no mundo"[22].

Desde então, as organizações que integram a iniciativa se comprometem com dois marcos coletivos: os Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio

---

[16] Por exemplo, no relatório do Pacto Global da ONU, exige-se a relação da atividade desempenhada pelo projeto com uma ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Já o relatório do Impacto Acadêmico da ONU exige uma relação com os 10 Princípios Básicos Orientadores: <Sobre a UNAI | Nações Unidas>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[17] Disponível em: <Home | Human Development Reports (undp.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[18] Disponível em: <World's Women 2020 (arcgis.com)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[19] Disponível em: <2022 Report of the Secretary-General on the Work of the Organization | United Nations in Malaysia, Singapore and Brunei Darussalam> Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[20] Disponível em: <Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UNHCR ACNUR Brasil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[21] Disponível em: <OEA :: CIDH :: Relatórios temáticos (oas.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

[22] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL A iniciativa. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

Ambiente e Anticorrupção (capítulo 3.3) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (capítulo 3.2), por meio das quais são estabelecidas as prioridades para se atingir os objetivos propostos pela Agenda 30[23].

O Pacto Global é um instrumento de livre adesão, ou seja, não é obrigatório e não pretende regular ou policiar as práticas dos aderentes. Assim, não é uma ferramenta regulatória para policiar políticas gerenciais. Nem uma agência das Nações Unidas. É, pois, um plano voluntário de ações que fornece diretrizes para promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas faces.

A adesão ocorre com o encaminhamento da Carta de Compromisso, assinada pelo executivo principal da organização e enviada ao secretário-geral das Nações Unidas. Como contraprestação, a entidade que adere ao Pacto deve prestar contas à sociedade, por meio de uma Comunicação de Progresso (COP), que é o relatório voltado para empresas, ou uma Comunicação de Engajamento (COE), para participantes não comerciais, como as universidades.

Hoje, o Pacto Global da ONU é considerado a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países[24].

A Rede Brasil do Pacto Global foi fundada em 2003, sendo a terceira maior rede local do mundo[25]. No Brasil, os projetos do Pacto Global são conduzidos de duas formas: i) por meio das Plataformas de Ação, vinculadas a diversas áreas, e ii) por meio dos Programas Internacionais. O Pacto Global da ONU no Brasil é constituído como uma associação sem fins lucrativos, que conta com parceiros institucionais, normalmente empresas, que ajudam com recursos financeiros e serviços *pro bono*[26].

A atuação da Rede Brasil do Pacto Global também é realizada por meio de Grupos Temáticos (GTs) e pela Comissão de Engajamento e Comunicação (CEC), todos alinhados com os Dez Princípios do Pacto Global e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Os Grupos Temáticos são: i) ODS; 2) Água e saneamento; 3) Alimentos e Agricultura; 4)

---

[23] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Relatório Anual 2018. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022. Pág.8.
[24] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. A iniciativa. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[25] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. No Brasil. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[26] Ibidem.

Energia e Clima; 5) Direitos Humanos e Trabalho; 6) Anticorrupção e 7) Comissão de Engajamento e Comunicação (CEC)[27].

3.2. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODMS) E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODSS)

Como já desenvolvido, o Pacto Global da ONU tem como sua principal missão engajar o setor empresarial em ações e políticas sustentáveis:

> A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu em 2000 o imenso potencial de contribuição das empresas para adoção de valores alinhados aos direitos humanos e a preservação ambiental, estimulando práticas de responsabilidade corporativa.[28]

O Pacto foi amplamente aceito, e, a fim de viabilizar esse objetivo, estabeleceu-se, ainda nos anos 2000, os Dez Princípios nas áreas de Direitos Humanos, Meio Ambiente, Trabalho e Anticorrupção29 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Os ODMs foram aprovados, através do documento: "*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*" na 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2001, como um desdobramento da Cúpula do Milênio; e não há dúvidas que o programa foi um sucesso em termos políticos. Muitos países em desenvolvimento perseguiram estratégias nacionais de desenvolvimento orientadas para atingir as metas dos ODMs, sendo que os objetivos estavam no centro de suas prioridades nacionais[30].

CARVALHO e BARCELOS[31] ainda citam outras qualidades dos OMSs, apontados pelo *Lancet and London International Development Centre Commission*[32] (2010): i) ter objetivos simples, limitados e mensuráveis, ii) com prazo para serem alcançados, iii) focados em áreas onde há grande consenso internacional, iv) orientados para resultados, v) que assumem o pressuposto que a pobreza é um fenômeno multidimensional e que vi) são acompanhados de políticas de apoio a produção de estatísticas.

---

[27] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Relatório Anual 2018. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022. Pág.8.
[28] Ibidem.
[29] Na verdade, esse princípio foi instruído em 2004, durante a *Global Compact Leaders Summit.*
[30] CARVALHO, Paulo Gonzaga; BARCELOS, Frederico. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- OMS: uma avaliação crítica. Sustentabilidade em debate. Brasília. v. 5, n 3, pág. 224, set/dez 2014.
[31] Ibidem. pág. 224.
[32] THE LANCET. WAAGE, Jeff; BANERJI, Rukmini, outros. The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015: and London International Development Centre Commission. Vol. 376. Nº 9745. 2010. pág. 991- 1023.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) poderiam ser reduzidos a oito propósitos principais e vinte e uma metas,[33] que seriam alcançados até 2015:

> **I- Erradicar a pobreza extrema e a fome;**
> Metas: 1. Reduzir à metade a proporção de pessoas cuja renda seja inferior a U$ 1,25 por dia. 2. Alcançar emprego pleno, produtivo e decente para todos, inclusive mulheres jovens. 3. Reduzir à metade a proporção de pessoas que sofrem com a fome.
>
> **II- Alcançar educação primária universal;**
> Metas: Garantir que todos os meninos e meninas completem o curso de educação primária.
>
> **III- Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres;**
> Metas: 1. Eliminar a disparidade entre os gêneros na educação primária e secundária preferencialmente até 2005, e, em todos os níveis da educação até 2015.
>
> **IV- Reduzir a mortalidade infantil;**
> Metas: Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de 5 anos.
>
> **V- Melhorar a saúde materna;**
> Metas: 1. Reduzir a mortalidade materna em três quartos. 2. Alcançar acesso universal à saúde reprodutiva.
>
> **VI- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;**
> Metas: 1. Deter e diminuir a propagação do HIV/AIDS. Alcançar, até 2010, acesso universal ao tratamento do HIV/AIDS para todos que precisam. 2. Deter e diminuir a incidência da malária e outras doenças.
>
> **VII- Garantir a sustentabilidade ambiental;**
> Metas: Dentre outras: 1. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas de governo dos países. 2. Reduzir a perda de biodiversidade. 3. Melhorar a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de favelas até 2020.
>
> **VIII- Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento;**
> Metas: Dentre outras: 1. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. 2. Em parceria com a indústria farmacêutica, prover acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento. 3. Em parceria com o setor privado, tornar disponível os benefícios das novas tecnologias, especialmente tecnologias de informação e comunicação.[34]

[33] Na verdade, são oito objetivos, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores. Estavam comprometidos 189 países membros da ONU e 23 organizações internacionais.
[34] NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2010. Disponível em: <Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

Ocorre que quase 15 anos depois do anúncio do Pacto Global e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) pouco avanço tinha sido feito quanto a sustentabilidade ambiental e parcerias globais para o desenvolvimento (Objetivos VII e VIII)[35]. O projeto parecia insuficiente e obsoleto.

Então, em 2015, durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, representantes de 193 países que integram a organização decidiram pela criação de uma agenda global, continuidade do trabalho iniciado com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Foram lançados, então, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 30, com um plano mais ambicioso e mais amplo que o antecessor[36].

Em outras palavras, diante da realidade que apontava para o fracasso dos resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), ou pelo menos, para a insuficiência do programa diante de novos desafios globais; lideranças governamentais se reuniram, em 2015, para criação de uma agenda global para os próximos 15 anos (Agenda 2030), sendo que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) seriam o caminho para alcançar os resultados.

De fato, no geral, as críticas apontam para um caráter exagerado de indicadores de acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), assim como foco excessivo em metas internacionais, com pouca ou nenhuma aplicabilidade nacional. É consenso, também, que os ODMs não levavam em conta as desigualdades existentes entre os países, o que desencadeou a uma desconexão entre objetivos, metas e indicadores:

> (...) há de se ressaltar ainda que houve priorização de uma agenda com abordagem excessivamente focada em resultados, sem que fossem levados em conta estratégias de como se obter os meios para se chegar aos resultados propostos[37].

A despeito das críticas recebidas pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), a Resolução (A/70/L.1) apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (Anexo I) como uma continuidade daqueles, e não uma substituição. Em outros termos, os ODSs seriam uma ampliação dos ODMs.

---

[35] CARVALHO, Paulo Gonzaga; BARCELOS, Frederico. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- OMS: uma avaliação crítica. Sustentabilidade em debate. Brasília. v. 5, n 3, pág. 236, set/dez 2014. pág. 236.

[36] A Resolução que institui os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 30, pactuados na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, corresponde ao Anexo I deste trabalho.

[37] CARVALHO, Paulo Gonzaga; BARCELOS, Frederico. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- OMS: uma avaliação crítica. Sustentabilidade em debate. Brasília. v. 5, n 3, pág. 222-244, set/dez 2014, pág. 237.

Essa "escolha de abordagem", ou opção política, criou grandes expectativas e difundiu críticas sobre o então projeto da Agenda 30 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs):

> A proposta atual, ainda em discussão, é que os países invistam nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência fracassada. Será uma nova tentativa com mais objetivos, metas e indicadores (VEIGA, 2013), portanto, com problemas muito maiores tanto metodológicos quanto empíricos, bem como de monitoramento, o que mostra que ainda não se aprendeu a lição[38].

Com efeito, se analisarmos a Resolução (A/70/L.1), essa restringe-se a considerações superficiais sobre os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Enuncia, dentre outros aspectos, que, apesar dos avanços significativos decorrentes dos ODMs, o progresso entre os países continua desigual, especialmente no continente africano, nos países em desenvolvimento sem litoral e nas pequenas ilhas[39]. Mas não indica o quão desigual, por exemplo. Também avalia que quase nenhum avanço foi feito relação à proteção da saúde materna, recém-nascida, infantil e reprodutiva[40]. Mas não fornece elementos de análise sobre o tema.

Por um lado, havia uma óbvia intenção em não fornecer dados mais concretos sobre os pontos problemáticos dos ODMs, num Relatório que queria aprovar uma nova Agenda: não desestimular os parceiros ao novo projeto. Mas isso foi entendido por alguns como uma indicação de que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 30 fossem apenas um conjunto maior de metas pouco viáveis, com indicadores falhos, que servissem mais como uma propaganda política das Nações Unidas.

Pois bem. Foi em meio a esse cenário que, em 2015, foram lançados 17 objetivos e 169 metas[41] a serem cumpridas não só pelos governos, mas também por empresas e pela sociedade civil. São eles:

Imagem 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

[38] Ibidem, pág. 236.
[39] UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. (A/70/L.1). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. (Anexo 1), pág. 5.
[40] Ibidem, pág. 5.
[41] Para saber mais sobre as metas de cada objetivo, consulte o Business Reporting on the SDGs: Uma análise dos objetivos e metas. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.



Fonte: ODS BRASIL (Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home>.

Dessa vez, o pacto seria coletivo, uma iniciativa de todos "os povos":

> "Nós, os povos" são as célebres palavras de abertura da Carta das Nações Unidas. E somos "nós os povos" que estamos embarcando hoje na estrada para 2030. A nossa jornada envolve governos e parlamentos, os sistemas das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, a sociedade civil, o setor público e privado, **a comunidade científica e acadêmica** - e todas as pessoas.[42] (grifos acrescidos) (tradução nossa) (A/70/L.1).

Nesse sentido, apesar de criado nos anos 2000, o Pacto Global da ONU ganha nova forma a partir de 2015, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 30. Assim como o Impacto Acadêmico da ONU, que será apresentado adiante, o Pacto Global é uma ferramenta de aplicação dos ODSs e importante instrumento para a aferição de progressos, especialmente no âmbito corporativo e institucional (como nas universidades). Isso é importante porque responde, ao menos em parte, a algumas das principais críticas feitas às ODMs, como quanto à aplicabilidade e mensuração dos resultados da iniciativa. Serão os relatórios destes dois programas os apresentados a seguir.

3.3. OS DEZ PRINCÍPIOS UNIVERSAIS NAS ÁREAS DE DIREITOS HUMANOS, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E ANTICORRUPÇÃO

[42] UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. (A/70/L.1). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. (Anexo 1). pág. 12.

O Pacto Global da ONU tem como referência dez princípios universais derivados da i) Declaração Universal de Direitos Humanos; da ii) Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho; da iii) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; e da iv) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Os dez princípios são[43]:

> ***I) Direitos Humanos:***
> 1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente; 2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos;
>
> ***II) Trabalho*:**
> 3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5. A abolição efetiva do trabalho infantil; 6. Eliminar a discriminação no emprego;
>
> ***IV) Meio Ambiente*:**
> 7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;
>
> ***V) Anticorrupção*:**
> 10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;

Os Dez Princípios do Pacto Global e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) serão a base para construção do da Comunicação de Engajamento (COE/2021) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

3.4 A COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO (COE/2021), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) firmou seu compromisso[44] com o Pacto Global da ONU, em 02 de outubro de 2019, por meio da Carta de Compromisso. Nela, o então reitor da UFU, Dr. Valder Steffen Júnior, reforça o comprometimento institucional da universidade em apoiar e difundir os Dez Princípios do Pacto Global, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Prometeu

[43] REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Os dez princípios. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[44] UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Federal University of Uberlândia. Disponível em: <Federal University of Uberlandia | UN Global Compact>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

empreender esforços para divulgar e promover os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e a Agenda 30, por meio de educação, pesquisa e extensão (eventos, cursos, consultorias, publicações).

A UFU também se comprometeu, ao final do período de dois anos, a apresentar a Comunicação de Engajamento (COE)[45], requisito imprescindível para permanência no programa, que descreve o empenho da instituição para cumprir com o pactuado. O ponto focal indicado para contatos e comunicações, além da coordenação das ações do programa foi o Prof. Dr. Rodrigo Vitorino, professor de Direito na universidade. A Carta de Compromisso, conforme o esperado, foi dirigida ao então Secretário das Nações Unidas, António Guterres, para o escritório em Nova Iorque, e parceria aprovada.

Em 2021, a UFU reafirmou seu compromisso em uma nova Carta de Compromisso, que foi juntada ao relatório de atividades (Comunicação de Engajamento – COE). O relatório, referente às atividades desenvolvidas nos anos de 2019 e 2020, tratou especialmente de projetos e práticas desenvolvidas pelo Laboratório de Direitos Humanos (LabDH)[46] e pelo Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE)[47], ambos grupos de pesquisa e extensão sediados na UFU.

Os dois grupos seriam os propulsores de um plano ambicioso de integração institucional para divulgação do Pacto Global e seus princípios. Esperava-se a participação de toda a comunidade acadêmica. Mas os desafios para articulação de outros projetos mostraram-se imensos. Dentre eles, pode-se apontar:

> 1. Pandemia (Covid-19). Todo o processo de elaboração do relatório se deu de forma online. Isso dificultou (e muito) a comunicação entre os parceiros e colaboradores;
>
> 2. Pioneirismo. Seria o primeiro relatório de atividades do Pacto Global, elaborado pela UFU. Sabíamos que a equipe deveria ser composta por diferentes cursos, institutos, programas e projetos, mas não encontramos uma solução eficiente de comunicação do programa que integrasse todos em tão pouco tempo, de forma virtual. Nem tínhamos muitos voluntários externos. Por isso, formamos uma equipe dentro do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH), grupo com experiência na área de direitos humanos e na elaboração de relatórios. Espera-se, para os próximos relatórios, uma ampliação considerável da equipe, para contemplar diferentes iniciativas;

[45] Para empresas, o relatório é a Comunicação de Progresso (COP) e o prazo para submissão do relatório é de um ano, desde a publicação do último.
[46] LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS (LabDH). Disponível em: <Laboratório de Direitos Humanos (labdireitoshumanos.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[47] CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDO EM DIREITO E RELIGIÃO (CEDIRE). Disponível em: <Sobre nós (direitoereligiao.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

> 3. Dificuldade na elaboração de um edital de inscrição que fosse amplo o suficiente para acolher diferentes iniciativas, de projetos do curso de Química até programas do curso de Artes Visuais, por exemplo;
>
> 4. Elaboração de uma ferramenta de captação de dados que fosse pensada para os mais diversos projetos. A criação de uma planilha compartilhada, com perguntas amplas demais, não funcionaria.

Estes foram os principais desafios encontrados inicialmente para o desenvolvimento da COE. Superados em parte, o relatório começou a ser desenvolvido, em meio a pandemia da Covid-19, em agosto de 2020. A Carta de Compromisso foi encaminhada ao Secretário- Geral da ONU em julho de 2021, com o relatório definitivo. Para elaboração, foram seguidos os oito passos essenciais elencados neste trabalho:

> 1. Entender qual a finalidade do relatório e definir prazos para elaboração;
> 2. Determinar as prioridades do relatório, como a relação das atividades com os ODSs. Assim como definir os stakeholders48 mais relevantes;
> 3. Construir a estrutura do relatório;
> 4. Publicizar a parceria e levantar dados;
> 5. Desenvolver a parte textual;
> 6. Elaborar a parte visual;
> 7. Encaminhar para tradução, quando necessária;
> 8. Revisar o relatório.

Insta salientar, ademais, que o programa do Pacto Global disponibiliza um guia[49] para produção do COE. Além disso, alguns requisitos mínimos são descritos no site do Pacto Global, para elaboração de uma Comunicação de Engajamento (COE)[50]:

> 1. Uma declaração do chefe do executivo ou equivalente expressando apoio contínuo ao Pacto Global da ONU e renovando o compromisso contínuo do participante com a iniciativa;
> 2. Uma descrição das ações práticas que a organização tomou para apoiar os princípios do Pacto Global da ONU e para se envolver com a iniciativa; e
> 3. Medição de resultados.

[48] Palavra em inglês que significa parceiros, empresas ou organizações que podem afetar ou serem afetados por um projeto da instituição.
[49] Ibidem.
[50] UNITED NATIONS. Global Compact. Communication of Engagement. Disponível em: <Prepare and Submit your COE | UN Global Compact>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

A versão final da Comunicação de Engajamento (COE/2021) (Anexo I), da Universidade Federal de Uberlândia, pode ser acessada no site do Pacto Global[51]. Como já mencionado, apesar de submetido em 2021, o relatório do Pacto Global (2021) faz referência a projetos realizados entre 2019 e 2020.

Iniciamos o (COE/2021)[52], apresentando Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e reafirmando o compromisso com o programa. Em seguida, indicamos alguns projetos de extensão universitária e o/os ODS correspondentes: i) Curso de Formação de Defensores Populares (ODS 5); ii) Moot Court em Direitos Humanos (ODS 4 e ODS 8); iii) Curso de Habilidades e Competências para o Século XXI (ODS 4 e ODS 10); iv) Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento (ODS 16); v) Grupo de Estudos em Liberdade de Religião e Convicções (ODS 16); vi) Fórum Permanente para liberdade de Religião e Convicções (ODS 16); vii) Workshops de poas Práticas para servidores públicos (ODS 16); viii) Curso: A liberdade de religião ou crença na realização da justiça (ODS 16), dentre outros.

Apresentamos, também, a produção científica e as publicações, elaboradas em quatro áreas principais: i) Direitos Humanos, Tecnologia e Inovação; ii) Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento; iii) Direitos Humanos Empresas e Sustentabilidade, e iv) Direito e Religião. Assim como as palestras, seminários, rodas de conversa e ciclo de estudos, dentre eles: i) Direitos Humanos, Mídias e Comunicação Social; ii) A liberdade religiosa na jurisprudência dos tribunais Superiores; iii) A questão da Palestina: colonização, resistência e direitos humanos; iv) Direitos Humanos e a proteção de dados pessoais; v) A proteção da liberdade de religião ou crença no contexto da pandemia; vi) O impacto transformador do Sistema Interamericano; vii) Os direitos fundamentais, direitos da personalidade e direitos transumanos, dentre outros.

Por fim, elaboramos a mensuração dos resultados. Alguns deles foram: i) aumento de cerca de quatro vezes no número de participantes do "Curso de Defensores Populares" para o "Curso de Habilidades e Competências para o Século XXI". Isso porque, com a pandemia da Covid-19, o projeto precisou migrar para plataforma virtual, o que permitiu um alcance maior de interessados; ii) aumento considerável na participação do "Fórum Permanente para Liberdade de Região e Convicções" (em torno de 70 participantes); iii) aumento de mais de

[51] UNITED NATIONS. Global Compact. Federal University of Uberlandia. Disponível em: <Federal University of Uberlandia | UN Global Compact>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[52] Anexo I.

100% no número de competidores da "Competição em Julgamento Simulado em Direitos Humanos", entre 2018 e 2020.

Também projetamos o aumento de alcance nas redes sociais do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH): i) o canal do Youtube alcançou 1,2 mil visualizações no período entre 01/01/2020 e 12/12/2020; ii) o número de pessoas que assistiram às palestras dos grupos de estudos, pelo canal do Youtube, também subiu consideravelmente (de 54 para 166 visualizações).

Por fim, indicamos a premiação: o Laboratório de Direitos Humanos (LabDH), venceu o 9º Prêmio AMAERJ de Direitos Humanos em 2021, na categoria de Melhor Prática Humanística.

4. IMPACTO ACADÊMICO DA ONU (UNAI) E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES (2021) DA UFU

4.1. O IMPACTO ACADÊMICO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNAI)

O UNAI (Impacto Acadêmico das Nações Unidas) é uma iniciativa da Divisão de Divulgação do Departamento de Comunicação Global das Nações Unidas, ligado ao Secretariado da ONU, anunciada em 18 de novembro de 2010, na sede da ONU, em Nova Iorque, pelo então Secretário-Geral Ban Ki-moon.[53]

A ideia do programa é incentivar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e os seus 10 Princípios Básicos, a partir da visão de que instituições de ensino superior devem desempenhar um papel ativo na resolução de problemas de âmbito global.54 Dessa maneira, o espírito do Impacto Acadêmico é o de buscar incentivar uma cultura de responsabilidade social intelectual, nas universidades.[55]

Portanto, qualquer instituição de ensino superior que conceda diplomas ou documentos equivalentes, assim como seus organismos responsáveis por coordenar pesquisas acadêmicas, pode se inscrever para parcerias com o Impacto Acadêmico[56]. A inscrição pode ser feita pelo preenchimento, em inglês, do formulário de adesão[57], com a indicação de pelo menos três pontos focais na universidade, sendo um deles o reitor. Não há custo ou taxa para inscrição.

---

[53] NECHTELBERGER, Andrea; RENNER, Walter; Adopting Basic Principles of the United Nations Academic Impact Initiative (UNAI): Can Cultural Differences be Predicted from Value Orientations and Organization?", pág. 2.
[54] Ibidem.
[55] UN CHRONICLE. United Nations (2010), Vol. XLVII No. 3 2010. United Nations.
[56]UNITED NATIONS. Academic Impact. UNAI Enrollment Form. Disponível em: <About UNAI | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[57] Ididem.

Essencial salientar, que o pedido deve ser feito em nome de toda a instituição e não em parte, por meio de faculdades, laboratórios ou institutos. O UNAI também não está aberto para estudantes ou pesquisadores individuais e escolas primárias ou secundárias.

Há atualmente, conforme tabela da UNAI[58], datada de novembro de 2022, 1.478 universidades parceiras da UNAI, dentre elas, 78 brasileiras, inclusive a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), membro desde 2017.

A conexão da iniciativa com os objetivos constantes no Preâmbulo da Carta das Nações Unidas é evidente, bem como com os propósitos e princípios enunciados no Capítulo I do documento, em especial o exposto no Artigo 1.3, a demonstrar sua potencialidade como instrumento para a promoção de direitos humanos:

> ARTIGO 1 – Os propósitos das Nações unidas são:
> (...)
> 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião[59].

Não há dúvidas, portanto, de que o Impacto Acadêmico da ONU parece cumprir com o propósito maior da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas: "a Parceria Global revitalizada irá facilitar um engajamento global intensivo em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, reunindo Governos, sociedade civil, setor privado, o sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis"[60].

4.2. OS DEZ PRINCÍPIOS BÁSICOS DA UNAI

O Impacto Acadêmico das Nações Unidas (Academic Impact) ou UNAI, se estrutura por meio de 10 Princípios Orientadores[61], diretrizes pelas quais as instituições de ensino superior compromissadas devem trabalhar para alcançarem os objetivos da ONU. São eles:

> 1. Carta das Nações Unidas – compromisso com os princípios inerentes à Carta das Nações Unidas;

[58] UNITED NATIONS. UNAI member list november 2022. Disponível em: <UNAI Forward Facing Members List>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[59] NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A carta das Nações Unidas. Disponível em: <A Carta das Nações Unidas | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[60] UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. (A/70/L.1). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. (Anexo 1). pág. 28.
[61] UNITED NATIONS. Academic Impact. About UNAI. Disponível em: <About UNAI | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

> 2. Direitos Humanos – compromisso para direitos humanos, inclusive a liberdade de pesquisa, de opinião e de expressão;
> 3. Educação para todos - compromisso rumo a oportunidades educacionais para todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, religião ou etnia;
> 4. Acesso à educação superior - compromisso para a criação de oportunidade para todo indivíduo interessado em adquirir habilidades e conhecimentos necessários para buscar o ensino superior;
> 5. Construção de infraestrutura – compromisso para construir infraestrutura em sistemas de educação superior ao redor do mundo;
> 6. Cidadania global – compromisso de encorajar cidadania global por meio da educação;
> 7. Paz e resolução de conflitos – compromisso de avançar rumo à paz e à resolução de conflitos por meio da educação;
> 8. Abordagem da pobreza – compromisso de abordar a questão da pobreza por meio da educação;
> 9. Sustentabilidade – compromisso de promover sustentabilidade por meio da educação;
> 10. Diálogo intercultural – compromisso de promover diálogo intercultural e entendimento, além de "desaprender" a intolerância por meio da educação.

Cada centro de educação participante do UNAI deve, a cada ano, corroborar com ao menos um dos Dez Princípios Orientadores ou dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Este é um ponto importante, porque, diferentemente do programa do Pacto Global da ONU, que busca uma atuação integrada com vários dos ODSs, o UNAI espera que a instituição atue com relevância em pelo menos um.

Como contraprestação à parceria, a universidade parceira da UNAI, deve encaminhar, a cada ano, um relatório de atividades, a fim de demonstrar que tem se esforçado para cumprir com pelo menos um dos Dez Princípios Básicos da UNAI. O relatório deve ser encaminhado por meio do preenchimento do formulário[62], disponível no site do Impacto Acadêmico e seguir certas diretrizes, que serão melhor abordadas a seguir.

Certas instituições compõem o grupo das "universidades centrais" (*Hub Universities*) da iniciativa, cujas atuações são voltadas especificamente a um Princípio Orientador do Impacto Acadêmico das Nações Unidas. Assim, a cada dois anos, com possibilidade de renovação, devem desenvolver pesquisa, sediar seminários, workshops, *webinários* e painéis de discussão e conferências relacionadas ao seu correspondente princípio.

---

[62]O formulário obrigatório pode ser consultado em: < https://www.un.org/en/academic-impact/submit-anactivity-report>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

Atualmente existem seis "*Hub Universities*" – nomenclatura utilizada em inglês pela iniciativa - conforme lista atualizada no site da ONU[63]. Algumas de suas ações estão listadas no site da UNAI[64]:

> 1. Carta das Nações Unidas – J.F. Oberlin University (Japão)
>
> Como centro do princípio da Carta das Nações Unidas, a *J.F.Oberlin University*[65] publicou um livro intitulado: "Caminho para a Paz: Para a Construção de uma Cultura de Paz"66, que inclui entrevistas com três ganhadores do Prêmio Nobel da Paz: Joseph Rotblat, Bernard Lown e Jody Williams. Segundo o reitor da universidade, a intenção do livro é "incentivar os jovens da próxima geração a trabalharem e viverem juntos pacificamente como cidadãos internacionais".
>
> 2. Direitos humanos – sem instituição definida;
>
> 3. Educação para todos – sem instituição definida;
>
> 4. Acesso à educação superior – sem instituição definida;
>
> 5. Construção de infraestrutura – Handong Global University (Coreia do Sul)
>
> Como centro do princípio de Construção e Infraestrutura, a *Handong Global University* (Coreia do Sul)[67] busca atuar para capacitação em sistemas de ensino superior, por meio de recursos de educação holística para desenvolvimento do caráter e do conhecimento. Estabelece a Handong Graduate School of Global Development e Entrepreneurship, que promove profissionais capacitados à resolução de necessidades específicas de países em desenvolvimento[68].
>
> 6. Cidadania global – Ana G. Méndez Universidad (Porto Rico)
>
> Como centro do princípio de Cidadania Global, a *Ana G. Méndez Universidad*[69] (Porto Rico) tem promovido, com a UNAI, a troca de conhecimento e informações sobre cidadania global, para que os jovens

[63] UNITED NATIONS Academic Impact. UNAI Hubs. Disponível em: <UNAI Hubs | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[64] UNITED NATIONS. Academic Impact. Disponível em: <United Nations | Peace, dignity and equality on a healthy planet>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[65] J.F.OBERLIN UNIVERSITY. Disponível em: <桜美林大学 (obirin.ac.jp)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[66] J.F.OBERLIN UNIVERSITY. Disponível em: <Livro Didático de Impacto Acadêmico da ONU Download | | 2013 | de notícias Universidade J. F. Oberlin (obirin.ac.jp)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[67] HANDONG GLOBAL UNIVERSITY. Disponível em: <한동대학교 (handong.edu)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[68] UNITED NATIONS. Academic Impact. Capacity and Building. Disponível em: <Capacity-Building | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[69] ANA G. MENDEZ UNIVERSIDAD. Disponível em: <Home | Universidad Ana G. Méndez (uagm.edu)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

egressos da universidade possam estar preparados para assumirem papéis de liderança frente aos desafios e necessidades da humanidade[70].

7. Paz e resolução de conflitos – sem instituição definida

8. Abordagem da pobreza – sem instituição definida

9. Sustentabilidade – Al Farabi Kazakh National University (Cazaquistão)

Como centro do princípio de sustentabilidade, a *Al Farabi Kazakh National University* (Cazaquistão)71 tem realizado projetos como: treinamento Modelo da ONU na Universidade Nazarbayev; o seminário colateral sobre Mudanças Climáticas, Energia e Tecnologia realizado no Centro Universitário Al-Farabi de Comunicação Intercultural; e uma exposição de fotos intitulada "Vendo um Afeganistão diferente", organizada pelo programa MDP / Global Classroom no Al Farabi KazNU[72].

10. Diálogo intercultural – CETYS Universidad (México).

Como centro do princípio de Diálogo Intercultural, a *CETYS Universidad* (México)[73] busca promover a educação voltada para participação na melhoria econômica, social e cultural dos países. Trabalhou com a UNAI em um projeto intitulado *"Fortes"* de liderança social, a partir do multiculturalismo e a tolerância à diversidade[74].

Assim como as universidades apresentadas, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem empenhado esforços, desde 2018, para promover e cumprir alguns dos princípios da UNAI. A maior parte das ações, fomentadas pelo Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) e pelo Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE), contou com a colaboração de estudantes universitários, autoridades governamentais, professores, especialistas e membros da sociedade civil.

As etapas para formulação do Relatório de Atividades (RA) da UFU[75], assim seus elementos obrigatórios e a descrição das atividades e resultados, serão apresentados a seguir. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e os Dez Princípios Básicos da UNAI serão a base do RA.

---

[70] UNITED NATIONS. Academic Impact. Global Citizenship. Disponível em: <Global Citizenship | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[71] AL FARABI KAZAKH NATIONAL UNIVERSITY. Disponível em: <Universidade Nacional do Cazaquistão Al-Farabi (kaznu.kz)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[72] UNITED NATIONS. Academic Impact. Sustainability. Disponível em: <Sustainability | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[73] CETYS UNIVERSIDAD. Disponível em: <CETYS University>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[74] UNITED NATIONS. Academic Impact. Inter-cultural Dialogue. Disponível em: <| de Diálogo Intercultural Nações Unidas>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.
[75] Anexo 2.

4.3. O RELATÓRIO DE ATIVIDADES (RA) DO UNAI (UNAI/2021), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) firmou seu compromisso com o Impacto Acadêmico da ONU em 2018, por meio do preenchimento do formulário de adesão. Desde então, tem anualmente encaminhado seus Relatórios de Atividades (RAs).

Em 2021, o Relatório de Atividades (RA), referente ao período de 2020, também foi desenvolvido pela equipe do "Núcleo de Relatórios" do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH), vinculado à UFU. O maior motivo para a baixa integração institucional neste ano foi a pandemia da Covid-19. Por isso, a maior parte das ações apresentadas são fruto dos projetos desenvolvidos no Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) e no Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE).

A UNAI não disponibiliza os relatórios publicados, mas o Relatório de Atividades (RA/2021) corresponde ao Anexo II, deste trabalho. O formato do RA é mais flexível que o da COE, pois exige apenas a correlação da atividade desenvolvida, com pelo menos um dos Dez Princípios da UNAI e/ou com um ou mais ODSs. Também não divulgam um feedback dos relatórios anteriores encaminhados, o que nos permite entender que não exigem nada muito elaborado. O único requisito indispensável é que seja em inglês.

O formulário a ser preenchido exigia o seguinte:

> 1. Conte-nos sobre quais atividades ou projetos sua instituição realizou no último ano para abordar pelo menos um dos dez princípios da UNAI e/ou um ou mais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (tipo de projeto ou atividade, tema ou tópico, quem participou ou quantas pessoas foram alcançadas, resultados da atividade ou ação de acompanhamento a ser tomada)
>
> 2. Conte-nos sobre qualquer pesquisa acadêmica realizada atualmente em sua instituição que possa ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
>
> 3. Por favor, forneça-nos os links para suas páginas de mídia social, site ou outra presença online (por exemplo, Facebook, Twitter, entre outros[76].

[76] UNITED NATIONS. Academic Impact. Sumit an Activity Report. Disponível em: <Submit an Activity Report | United Nations>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

Iniciamos o (RA/2021), na versão em inglês, reafirmando o compromisso da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com a UNAI e seus Dez Princípios Básicos. Apesar de online, a maior parte das atividades contou com a colaboração de estudantes universitários, autoridades governamentais, professores, especialistas e membros da sociedade civil.

Em seguida, indicamos alguns dos projetos desenvolvidos, todos eles ligados ao ODS 16, entre eles: i) Pro Bono Público; ii) Curso de Habilidades e Competências para o Século XXI; iii) Workshops de Boas Práticas para Servidores Públicos; iv) A liberdade de religião ou crença na realização da justiça; v) Observatório Jurídico da Liberdade de Crença e Religião; vi) Fórum Permanente de Liberdade de Religião e Convicções, dentre outros.

Apresentamos, também, os Grupos de Estudos, realizados de maneira virtual: i) Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento; ii) Grupo de Estudos em Liberdade de Religião ou Crença. E algumas palestras: i) O futuro do Poder; ii) Fronteiras, refúgio e organizações internacionais em tempos de pandemia; iii) O Covid-19 e a responsabilidade médica; vi) Direito Humanos no contexto do direito penal e as novas tecnologias, dentre outros.

No que tange aos resultados, evidente a ampliação da participação em todos os projetos, devido, essencialmente, a migração do presencial para as plataformas digitais, em razão da pandemia. Em todos eles, o número de espectadores mais que dobrou em relação aos eventos anteriores.

CONCLUSÃO

A Comunicação de Engajamento (COE/2021), do Pacto Global da ONU e o Relatório de Atividades (RA/2021)[77], do Impacto Acadêmico da ONU[78], desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), apontaram para necessidade de melhor compreensão sobre a elaboração de relatórios institucionais.

Isso porque, a elaboração dos relatórios indicou empecilhos, como: i) a propositura de um edital de inscrição que fosse amplo o suficiente para acolher diferentes iniciativas e ii) o desenvolvimento de uma ferramenta de captação de dados que fosse pensada para os mais diversos projetos. Assim, a etapa de pré-redação mostrou-se um desafio à democratização dos processos de integração institucional.

Durante a etapa de redação, no entanto, foi possível distinguir um padrão, apesar das formalidades específicas indicadas por cada iniciativa: i) uma descrição das atividades

[77] Anexo I.
[78] Anexo II.

desempenhadas, ii) a indicação da relação da atividade com a proposta do programa e iii) a mensuração dos resultados.

A partir dessa orientação, e amparados pelos métodos das Normas GRI, um standard mais completo foi desenvolvido; um "guia" para elaboração dos relatórios futuros, que conta com oito passos principais: 1) Entender qual a finalidade do relatório e definir prazos para elaboração; 2) Determinar as prioridades do relatório, como a relação das atividades com os ODSs. Assim como definir os *stakeholders* mais relevantes; 3) Construir a estrutura do relatório; 4) Publicizar a parceria e levantar dados; 5) Desenvolver a parte textual; 6) Elaborar a parte visual; 7) Encaminhar para tradução, quando necessária e 8) Revisar o relatório.

Espera-se, dessa forma, que as universidades possam continuar firmando parcerias institucionais e promovendo direitos humanos, através da aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e dos Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção; colaborando com efetivação da Agenda 2030. Para isso, os relatórios institucionais de atividades devem ser realmente instrumentos de avaliação de progresso e resultados, e não apenas instrumentos de publicidade e vaidade institucional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo Gonzaga; BARCELOS, Frederico. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- OMS: uma avaliação crítica. Sustentabilidade em debate. Brasília. v. 5, n 3, pág. 224, set/dez 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM DIREITO E RELIGIÃO (CEDIRE). Disponível em: <Sobre nós (direitoereligiao.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS (LabDH). Disponível em: <Laboratório de Direitos Humanos (labdireitoshumanos.org)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2010. Disponível em: <Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

NECHTELBERGER, Andrea; RENNER, Walter; Adopting Basic Principles of the United Nations Academic Impact Initiative (UNAI): Can Cultural Differences be Predicted from Value Orientations and Organization?"

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL A iniciativa. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Os dez princípios. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Relatório Anual 2018. Disponível em: <Pacto Global>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

SDG COMPASS. Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. 2022.

THE LANCET. WAAGE, Jeff; BANERJI, Rukmini, outros. The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015: and London International Development Centre Commission. Vol. 376. Nº 9745. 2010.

THE TIMES HIGHER EDUCATION IMPACT RANKINGS. Impact Rankings 2022. Disponível em: <Impact Rankings 2022 | Times Higher Education (THE)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

UN CHRONICLE. United Nations (2010), Vol. XLVII No. 3 2010. United Nations.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Federal University of Uberlândia. Disponível em: <Federal University of Uberlandia | UN Global Compact>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. (A/70/L.1). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Comunicação de Engajamento (COE)


DECLARAÇÃO DE APOIO
CONTÍNUO DO REITOR

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) reafirma o seu apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e seus princípios, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do meio Ambiente e Combate à Corrupção. Com esse compromisso, corroboramos nossa intenção de continuar difundindo tais propósitos. Comprometemo-nos a empreender esforços para dar publicidade às ações, junto aos nossos servidores, parceiros e público em geral.

Para tal fim, continuaremos promovendo programas, projetos e ações (ex: eventos, cursos, consultorias, publicações) voltados para educação, promoção e pesquisa em matéria de Empresas e Direitos Humanos, Sustentabilidade, Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Princípios do Pacto Global, Compliance e Anticorrupção nas empresas, dentre outros, os quais tem sido realizados especialmente por meio do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) e do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE), sediados na Faculdade de Direito desta Universidade.

Reconhecemos que um requisito fundamental para a participação no Pacto Global é a apresentação de uma Comunicação de Engajamento (COE), como esta, que descreve nossos esforços na implantação dos dez princípios. Apoiamos a prestação de contas e transparência das informações, e, portanto, comprometemo-nos em continuar apresentando um relatório sobre o progresso, de acordo com a política do COE do Pacto Global.

Aproveitamos para ratificar a nomeação do nosso PONTO FOCAL, para contatos e comunicações relativos à adesão e permanência da Universidade Federal de Uberlândia ao Pacto Global, que também é o responsável por coordenar as ações relativas ao envolvimento desta Universidade com o Pacto e representá-la.



Valder Steffen Júnior
Reitor da Universidade Federal de Uberlândia

PONTO FOCAL



Email: rodrigo.vitorino@ufu.br

RODRIGO VITORINO SOUZA ALVES

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Mestre e Bacharel em Direito pela UFU. Foi Academic Visitor na Universidade de Oxford (Reino Unido). Na UFU, é também coordenador do Núcleo de Direito Constitucional, Direito Internacional e Direitos Humanos, coordenador da Área de Extensão “Direitos Humanos e Justiça” (na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura), além de ser pesquisador líder do Centro de Estudos Brasileiros em Direito e Religião (CEDIRE) e do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH).

EQUIPE DISCENTE



JULIANA CUSTODIO

Responsável pelo desenvolvimento textual deste relatório



ANA SILVA

Integrante da equipe de mídia e desenvolvimento visual deste relatório



EULÁLIA VELOSO

Integrante da equipe de mídia e desenvolvimento visual deste relatório

EQUIPE DISCENTE



GABRIEL COELHO

Integrante da equipe de mídia e desenvolvimento visual deste relatório



PAULO DE ÁVILA

Integrante da equipe de mídia e desenvolvimento visual deste relatório

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

- Conheça a UFU

2 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- Ações práticas
- Produção científica e publicações

3 MENSURAÇÃO DE RESULTADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Campus Santa Mônica na década de 1970 (Foto: Acervo da UFU)

NOSSA HISTÓRIA

CRIADA EM 1969,

a partir de faculdades isoladas, a Universidade de Uberlândia (UnU) passa a ser, então, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), oficialmente declarada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978.

HOJE

a UFU tem sete campi, sendo quatro em Uberlândia, um em Ituiutaba, um em Patos de Minas e outro em Monte Carmelo. São aproximadamente 25 mil estudantes de graduação e 4 mil nos programas de mestrado e doutorado; mais de 2.000 professores e 3.000 técnicos envolvidos em atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e gestão. Também integram a instituição a Escola de Educação Básica e a Escola Técnica da Saúde.



OBJETIVOS

MISSÃO

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social.

VISÃO

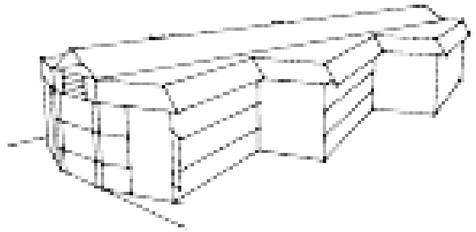
Ser referência regional, nacional e internacional de universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os campi, comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



PARCERIAS

ProPP



Programa de Pós-Graduação em DIREITO
Universidade Federal de Uberlândia

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS direito & religião

PROEXC

Laboratório de Direitos Humanos

LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

Estabelecido em 2012, o Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) é um grupo de pesquisa e tem sua atuação orientada por três eixos, a saber: "Direitos Humanos, Empresa e Sustentabilidade"; "Direitos Humanos, Tecnologia e Inovação"; e, "Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento". O LabDH objetiva contribuir para o avanço da pesquisa científica, a promoção da formação cidadã e a efetivação dos direitos humanos. Para tanto, são desenvolvidos projetos de pesquisa, atividades de ensino e ações de extensão.

Composição 2019-2020



Coordenadora Discente
Letícia Preti Faccio



Coordenador Discente
João Alexandre Silva Alves Guimarães



Vice-coordenadora Discente
Marcela Nogueira Martins



Coordenador Geral
Rodrigo Vitorino Souza Alves

LabDH

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM DIREITO E RELIGIÃO

O Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião - CEDIRE, fundado em 2012, busca contribuir para a investigação acerca das relações entre Direito e Religião, relacionados à liberdade, igualdade e não discriminação em matéria de religião ou crença, e das relações entre o Estado e as religiões. Não se limita somente a pesquisa, pois procura desenvolver, a partir do conhecimento produzido, ações de ensino e extensão, sendo pioneiro na promoção desta abordagem interdisciplinar como disciplina jurídica e área de pesquisa no Brasil.

Composição 2019-2020



Coordenadora Discente
Sara Ferreira Cury



Coordenador Geral
Rodrigo Vitorino Souza Alves



Vice-coordenadora Discente
Bárbara De Moura Rezende

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS
direito & religião



OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os projetos e ações desenvolvidos buscam orientar-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pelas Nações Unidas desde 2015.
Por meio da iniciativa, encoraja-se um esforço conjunto de países, empresas, instituições e sociedade civil em favor da sustentabilidade, o que inclui a proteção dos direitos humanos.



No último ciclo de atividades, foram desenvolvidos inúmeros projetos que guardam relação com os princípios do Pacto Global, de natureza acadêmica e extensionista, em articulação com o ensino e a pesquisa.

A maior parte das ações, fomentadas pelo Laboratório de Direitos Humanos (LabDH) e pelo Centro de Estudos Brasileiro em Direito e Religião (CEDIRE), contou com a participação de estudantes universitários, autoridades governamentais, professores, pesquisadores, especialistas e representantes de diferentes setores da sociedade civil, em um empenho conjunto para promoção e proteção dos Direitos Humanos. Dentre eles, alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacaram-se:

AÇÕES PRÁTICAS



5 IGUALDADE DE GÊNERO

CURSO DE FORMAÇÃO DE DEFENSORES POPULARES

Visa à capacitação de líderes e representantes das comunidades locais na cidade de Uberlândia em matéria de direitos humanos. O curso compreende aulas de fácil apreensão, trazendo a teoria dos direitos humanos para a vivência prática dessas comunidades. O curso de extensão tem como objetivo principal a formação de agentes multiplicadores em direitos humanos ("Defensores Populares"), a fim de que contribuam para o desenvolvimento e concretização de políticas e outras iniciativas de efetivação dos direitos humanos em sua própria comunidade (em bairros, escolas, centros comunitários e religiosos, etc.). Busca-se ainda promover a educação em direitos humanos, disseminar o conhecimento sobre meios de acesso à Justiça e sobre os mecanismos alternativos de resolução de conflitos.

A edição de 2019, que ocorreu de setembro a dezembro, teve como tema central: "Mulher e Direitos Humanos: desafios atuais na efetivação de direitos", e contou com o apoio de diversas instituições como: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Comissão de Direitos Humanos da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, Escola Superior da Advocacia, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, dentre outras. Os módulos desenvolvidos trataram, essencialmente, (1) do enfrentamento à violência contra mulher, (2) participação da mulher no mercado de trabalho e (3) mulher e direitos humanos.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

MOOT COURT EM DIREITOS HUMANOS (COMPETIÇÃO DE JULGAMENTO SIMULADO)

A finalidade do Moot Court em Direitos Humanos é contribuir para a capacitação de estudantes de Direito em temas relacionados aos direitos humanos, sobretudo para melhor compreensão acerca do modo como os referidos direitos podem ser promovidos e protegidos, tanto por intermédio dos sistemas de justiça nacionais quanto internacionais. A cada edição, discute-se um tema atual e relevante no campo dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, é oferecida aos estudantes uma oportunidade de desenvolvimento de variadas competências e habilidades relacionadas à comunicação, criatividade, negociação, trabalho em equipe, pesquisa e argumentação. A edição de 2019, que ocorreu em outubro, teve como tema central: "Os Desafios do Trabalho Contemporâneo".

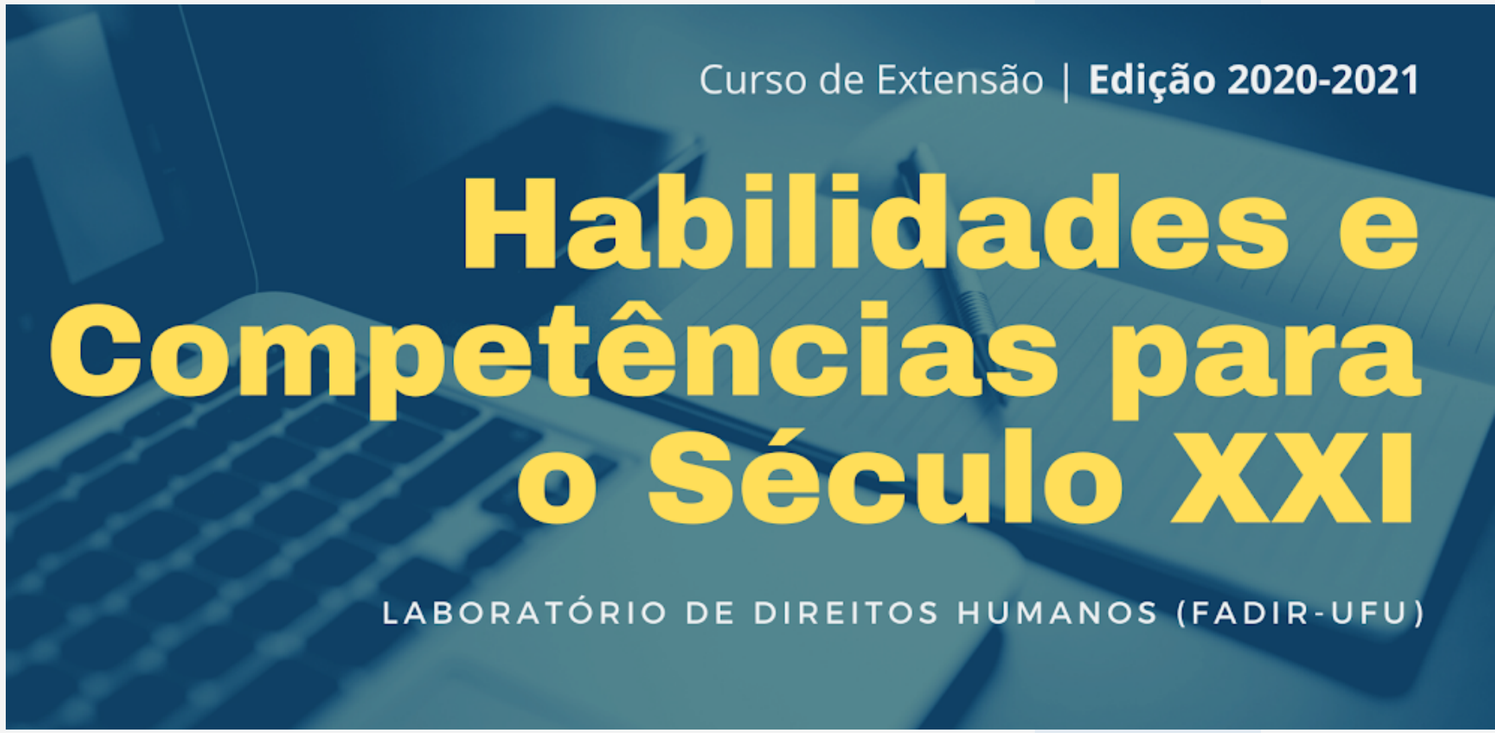
O caso hipotético foi elaborado pelo Procurador do Trabalho, Dr. Thiago Muniz Cavalcanti.





CURSO "HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI"

O curso integra o Projeto "Novas Tecnologias e os Desafios à Efetivação dos Direitos Sociais: Contribuições para a Capacitação Profissional, a Inclusão Social e o Acesso ao Mercado de Trabalho", desenvolvido pelo Laboratório de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em parceria com a Fundação de Apoio Universitário (FAU), com o apoio da Justiça do Trabalho (TRT-MG) e do Ministério Público do Trabalho (MPT). Seu objetivo é oferecer capacitação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam o acesso às oportunidades de trabalho impactadas pelas novas tecnologias. O programa do curso abrange quatro eixos temáticos: 1) Direito, 2) Administração e Finanças, 3) Desenvolvimento Pessoal e Profissional, e 4) Computação. Em 2020, por causa das restrições impostas pela pandemia, o curso precisou migrar para as plataformas virtuais.





GRUPO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Em 2019, o grupo do LabDH teve como tema: “Direito Ambiental nos âmbitos nacional e internacional”, em que foram explorados os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), com a participação de 25 alunos. Em 2020, o tema foi: “Direitos Humanos, cidadania e desenvolvimento”, o formato passou a ser online, em razão da pandemia da COVID-19. Tratou-se das multifacetadas relações entre Empresas e Direitos Humanos, tendo como quadro de análise os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas, com apoio nos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e de Conduta Empresarial Responsável. O grupo foi desenvolvido com a integração de graduandos e pós-graduandos, sendo 35 alunos no total, com maior facilidade de integração devido ao encontro virtual.



GRUPO DE ESTUDOS EM LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÕES

Em 2019, no CEDIRE, os encontros aconteceram semanalmente, de setembro a dezembro, e tiveram como tema principal “Liberdade de Crença e Religião”. Cerca de 25 alunos participaram dos debates. Em, 2020, os encontros aconteceram de setembro a novembro e tiveram como tema geral “Liberdade de Crença e Religião”. Cerca de 60 membros participaram dos encontros virtuais.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

FÓRUM PERMANENTE PARA LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÕES

O Fórum Permanente para a Liberdade de Religião e Convicções é uma iniciativa do CEDIRE, cujo objetivo fundamental é a constituição de espaços de escuta e diálogo em questões associadas ao exercício da liberdade de religião ou crença no contexto de uma sociedade plural. Instituído a partir da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, em articulação com outras instituições públicas e da sociedade civil, o Fórum busca organizar reuniões e eventos de diferentes naturezas voltados à consecução de seus objetivos, como: facilitar a construção de relações sociais baseadas no respeito pela dignidade humana, pelas liberdades e pela igualdade; encorajar a convivência pacífica no contexto da pluralidade religiosa; estimular o diálogo e a escuta entre pessoas de ambientes sociais e religiosos diversos para o respeito mútuo; contribuir para a mitigação de tensões sociais; e, identificar e disseminar boas práticas e experiências exitosas de respeito.

Para isso conta com a atuação de uma equipe formada por integrantes da comunidade acadêmica, entre os quais estão os estudantes da UFU, assim como de outras instituições e setores. Em 2019, o Fórum aconteceu em maio e outubro. Em 2020, o Fórum realizou três encontros virtuais, nos meses de maio, julho e outubro, disponíveis no Youtube do CEDIRE:





FÓRUM PERMANENTE PARA LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÕES

(1) "Liberdade de Religião e Convicções em Tempos de Pandemia: Perspectivas Jurídicas", que contou com a participação de três advogado(a)s experientes na atuação em casos ou instituições relacionados a diferentes comunidades religiosas, sobretudo evangélica/adventista, católica e de matriz africana:

- Dr. Arthur Albuquerque Rodrigues (advogado; chefe do Departamento do Terceiro Setor na Associação Nacional dos Juristas Evangélicos);
- Dra. Edoarda S. Scherer (advogada e presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, no Rio Grande do Sul);
- Dra. Andreia Cristina Pinto (advogada; integrante da Comissão Igualdade Racial e da Comissão de Direitos Humanos na OAB/RS).

(2) "Liberdade de Religião e Convicções em Tempos de Pandemia: Perspectivas Religiosas", que contou com a participação de três representantes das religiões: evangélica, islâmica e budista:

- Dr. Jeová Barros de Almeida Júnior (representante evangélico;
- Sheik Jihad (representante islâmico);
- Monge Ryozan Sensei (representante budista);



FÓRUM PERMANENTE PARA LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÕES

(3) "Mídia, Direitos Humanos e Religião: perspectivas sobre a atividade jornalística no contexto da pluralidade religiosa", que contou com a participação de dois jornalistas e de três representantes de comunidades religiosas:

- Evaldo Xavier Gomes (sacerdote da Ordem do Carmo);
- Jorge Claudio Noel Ribeiro Jr (jornalista);
- Magali do Nascimento Cunha (jornalista);
- Mametu Nangetu (representante do Candomblé);
- Feizi Masrour Milani: (membro da Comunidade Bahá'í do Brasil).



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

WORKSHOPS DE BOAS PRÁTICAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Os workshops "Liberdade de Religião ou Crença: Boas Práticas para o Serviço Público" tiveram como objetivo contribuir para a capacitação de servidores públicos e de representantes da sociedade civil com vistas ao aprimoramento do serviço público e à construção de políticas públicas que promovesse, protegessem e respeitassem a liberdade de religião ou crença de todas as pessoas. Cada workshop ou oficina se dedicou a um ou mais temas relacionados com o manual homônimo que serve de apoio a estas ações de capacitação. Os temas discutidos foram: 1) Serviço Público em Geral; 2) Saúde Pública; 3) Educação Pública; 4) Segurança Pública; 5) Sistema Carcerário; 6) Órgãos Colegiados. Cada um desses temas foi discutido à luz da liberdade de religião ou crença, incluindo-se conceitos básicos, legislação, jurisprudência nacional e experiências internacionais. Os Workshops aconteceram em novembro e dezembro de 2020, por meio de plataforma virtual. Os Workshops contam financiamento da Secretaria Nacional de Proteção Global.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

CURSO: "A LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA"

O curso destinou-se à capacitação de servidores públicos e outros profissionais atuantes no sistema de justiça em todo o território nacional. Nascido de um projeto da Universidade de Oslo, por meio de The Oslo Coalition on Freedom of Religion or Belief, em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE/UFU) e com a Escola da Magistratura (AJURIS/TJRS), a capacitação teve como objetivo fortalecer as habilidades e competências dos participantes para a melhor proteção e promoção da liberdade de religião ou crença. Os encontros (6) aconteceram virtualmente, nos meses de outubro e novembro.





PRODUÇÃO CIENTÍFICA E PUBLICAÇÕES

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

“Fake News e desinformação: um ensaio pela ética na sociedade de informação”, publicado pela editora LAECC. Autoria da coordenadora discente Letícia Preti Faccio do 2º capítulo do livro: “Fundamentos do Direito Digital” .

“Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados” , Lumen Júris, 2020. Autoria do Membro do Comitê Executivo e Pesquisador João Alexandre Silva Alves Guimarães, com coautoria de outros autores.

“A Autodeterminação Informacional como Preceito Fundamental ao Direito à Desindexação segundo o RGPD e o TJUE.” no livro “El derecho público y privado ante las nuevas tecnologias” publicado pelo Editorial DYKINSON, por João Alexandre Silva Alves Guimarães.

“O Dever de Pagar Imposto em Face do Direito à Vida Privada e o Consentimento à Luz do RGPD.” no livro “O Dever de Pagar Imposto em Face do Direito à Vida Privada e o Consentimento à Luz do RGPD” publicado pelo Editorial DYKINSON, por João Alexandre Silva Alves Guimarães.

“O Consentimento de Crianças e Adolescentes na Internet” no livro: “Eca 30 anos: Emancipação subjetiva, mudança cultural e responsabilidade social” publicado pelo Instituto Memória, por João Alexandre Silva Alves Guimarães.

“A Necessidade de Aplicação do Direito à Desindexação em um Âmbito Global” no livro “Novos métodos disruptivos no direito” publicado pelo Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Escola de Direito Dom Helder, por João Alexandre Silva Alves Guimarães.

“O direito à privacidade dos dados pessoais sensíveis relacionados à saúde” publicado pela 1ª chamada de artigos INPD, por João Alexandre Silva Alves Guimarães.

“A lei de migração 13.445/2017 e seus precedentes históricos: a evolução do conceito de não-nacional no ordenamento jurídico brasileiro” no livro “Reflexões Iniciais sobre Direito Internacional” publicado pela editora Brazil Publishing, por Thobias Prado Moura.

“A coleta de dados por serviços de telefonia móvel: O uso da pandemia como justificativa para uma violação de direitos humanos” publicado nos Anais do seminário sobre Pandemia e o Direito FDRP USP, por Thobias Prado Moura.

“O debate do Lícito e do Ilícito na Internet: Liberdade de expressão e remoção de conteúdo” publicado pela revista do TJSC, por Samuel Nunes

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

“O perfil dos casos de violações dos Direitos Humanos da mulher no Sistema Interamericano de Direitos Humanos” publicado nos anais do evento da XI Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pela acadêmica Laura Cristina Freitas.

Ressalta-se que **as produções científicas cresceram** com a aderência ao sistema de ensino à distância pela Universidade, devido à pandemia do COVID-19, com crescentes projetos de iniciação e produção científica em andamento.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS, EMPRESAS E SUSTENTABILIDADE

“A Década da Ação: O Papel do Estado e das Empresas na Realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, projeto ainda em andamento.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE DIREITO E RELIGIÃO

Livro: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza (ed.). **Latin American Perspectives on Law and Religion**. 1. ed. Heidelberg & Londres: Springer, 2020.

Capítulo de livro: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza; GUIMARÃES, Andrea Letícia Carvalho; RESENDE, José Renato Venâncio Prata; CARMO, Gabriellen da Silva Xavier. **La libertad de religión o de creencias y la pandemia del COVID-19**. Análisis de las medidas restrictivas adoptadas en Brasil. In: MARTINEZ-TORRÓN, Javier; LARA, Belén Rodrigo (Org.). Covid 19 y libertad religiosa. Madri: REDESOC & IUSTEL, 2021, p. 353-376.

Capítulo de livro: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. **Law and religion in the encounter of cultures: The normative conflicts between freedom of religion or belief and the rights of indigenous peoples**. In: Rodrigo Vitorino Souza Alves. (Org.). Latin American Perspectives on Law and Religion. 1ed.Heidelberg & Londres: Springer, 2020, v. 1, p. 10-33.

Capítulo de livro: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. **The Protection of the Existence and Identity of Religious Minorities Under the United Nations Legal Framework: Between the Group-Centered and Person-Centered Approaches**. In: EHLERS, Dirk; GLASER, Henning. Political and Religious Communities – Partners, Competitors, or Aliens?. Baden-Baden: Nomos, 2020, p. 563-591.

Artigo em periódico: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza; ALVES PINTO, T. F. **Investigations on the Use of Limitations to Freedom of Religion or Belief in Brazil**. Religion and Human Rights, v. 15, p. 77-95, 2020.

Artigo em periódico: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza; GUIMARAES, Andréa Letícia Carvalho; RESENDE, José Renato Faria Venâncio Prata; CARMO, Gabriellen da Silva Xavier do. **Freedom of religion or belief and the Covid-19 pandemic: an analysis of the adoption of restrictive measures in Brazil**. Revista general de derecho canónico y derecho eclesiástico del estado, v. 54, p. 1-24, 2020.

Artigo em periódico: RESENDE, José Renato Venâncio; ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. **A legitimidade da recusa da transfusão de sangue por motivos religiosos à luz do direito à saúde nos 30 anos da Constituição**. Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 8, p. 78-95, 2020.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PALESTRAS, SEMINÁRIOS, RODAS DE CONVERSA E CICLOS DE ESTUDOS

SEMINÁRIOS

“Direitos Humanos, Mídias e Comunicação social”, com a Dr. Ivanise Andrade - UFBA (2019);

“Direitos Humanos e Cultura”, com a advogada Eliene Rodrigues de Oliveira (2019);

“Direitos humanos, Gênero e (De) colonialidade”, com a Profa. Rosa Maria Zaia Borges - UFU (2019);

“Direitos Humanos, criminalidade e violência”, com a Profa. Dra. Débora Pastana - UFU (2019)

“Ética, Religião e Aborto”, com o Prof. Alcino Eduardo Bonella - UFU (2019);



“Evangélicos e movimentos sociais pela moradia: o caso da ‘ocupação do Glória", com a Profa. Claudia Swatowiski - UFU e o Prof. Luciano Senna Barbosa - UFU (2019);

“A Liberdade Religiosa na Jurisprudência dos Tribunais Superiores”, com José Renato Resende e Stefanie Viotto Ferraz (2019);

“Pensamento Social Católico, Política e Dignidade Humana na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988”, com Natália Brigagão (2019);

“Estado e Religião na História das Constituições Brasileiras”, com o Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges - UFU (2019)

“Toda intolerância é civil: uma leitura rousseauista do problema da intolerância”, com o Prof. José Benedito de Almeida Júnior – UFU (2019)



“O futuro do Poder”, o Prof. Caio Scuarcialupi Mancini (2020);

“Fronteiras, Refúgio e Organizações internacionais em tempos de pandemia”, com o advogado Victor Del Vecchio (2020);

"Política fiscal brasileira sob a ótica dos direitos humanos”, com Erick Hitoshi Guimarães Makiya (mestrando -UFU) (2020);

“A questão palestina: colonização, resistência e direitos humanos”, com Alexandre Nogueira Martins (mestrando FFLCH/USP) (2020);

“Direitos Humanos e Fundamentais nos contratos privados”, com Prof. Rafael Ferreira Bizelli (UFU) (2020)







“Direitos Humanos e proteção de dados pessoais”, com José Luiz de Moura Faleiros Júnior (IAPD), Matheus Puppe (advogado) e João Alexandre Guimarães (doutorando- UC) (2020);

“O direito à liberdade religiosa no sistema prisional”, com o Dr. Antonio Carlos da Rosa Silva Junior;

“Objeção de Consciência”, com Damaris Moura Kuo (Deputada Estadual em São Paulo, Advogada e ex-presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB de São Paulo) e Carmen Asiaín Pereira (Senadora no Uruguai, Advogada, Professora e ex-presidente do Consórcio Latino-Americano de Liberdade Religiosa);

“A proteção da liberdade de religião ou crença no contexto da pandemia”, com Camila Silva Nicácio (Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais) e Jayme Weingartner Neto (Desembargador do TJRS e Professor da Unilassalle);

“As possibilidades de uma leitura do fenômeno jurídico a partir da religião”, com Caetano Dias Correa (Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina)

CICLOS DE ESTUDOS

“Libertad de Religión o Creencia en el Tribunal Europeo de Derechos Humanos”, com Javier Martínez-Torrón - Universidad Complutense de Madrid, Espanha (2019);

“O impacto transformador do Sistema Interamericano”, com a Profa. Flávia Piovesan – Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2019).

“O COVID-19 e a responsabilidade médica”, com o Prof. Dr. André Dias Pereira (UC) (2020);

“O direito ao esquecimento como direito fundamental na sociedade da informação”, com Guilherme Magalhães Martins (MPRJ) (2020)

“Os direitos fundamentais, direitos de personalidade e direitos transumanos”, com a Profa. Mafalda Miranda Barbosa (UFC) (2020);

“Similitude ontológica entre direitos humanos e bens extrapatrimoniais (dano moral)”, com o advogado Alexandre Pereira Bonna (2020);

“Os direitos humanos no contexto do direito penal as novas tecnologias”, com o advogado Victor Poeta (2020)

WORKSHOPS

“Migração e Direitos Humanos”, com Gustavo Zortéa - DPU, Luciana Teles - MPT e Rogério Sartori - PF (2019)

MENSURAÇÃO DE RESULTADOS



CURSO DEFENSORES POPULARES

O interesse da população na participação do curso tem aumentado anualmente, em 2019, tivemos o quádruplo de inscritos em relação ao número de vagas.

Em 2019

4 vezes mais



inscritos

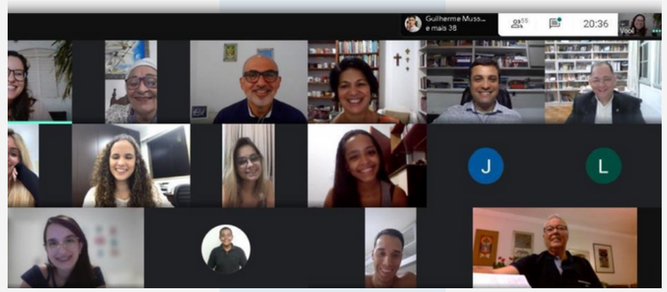
CURSO HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Devido à pandemia de COVID-19, o projeto precisou migrar para plataforma virtual, o que permitiu um alcance maior de interessados.



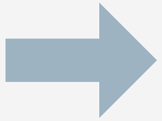
FÓRUM PERMANENTE PARA A LIBERDADE DE RELIGIÃO E CONVICÇÕES

Aumento no número de pessoas alcançadas com os Fóruns online (em torno de 70 participantes de diferentes partes do Brasil, o que não era possível na versão presencial devido às limitações geográficas).











Participantes de todo o Brasil

COMPETIÇÃO EM JULGAMENTO SIMULADO EM DIREITOS HUMANOS (MOOT COURT EM DIREITOS HUMANOS):

2018:

A primeira edição da Competição em Julgamento Simulado em Direitos Humanos, Moot Court em Direitos Humanos, ocorreu em 20 de outubro de 2018, como fechamento do IV Colóquio em Direitos Humanos Nessa edição, cujo tema era "Migração e Refúgio", competiram oito equipes (cerca de 40 competidores), todas compostas por alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde o evento foi realizado (Bloco 5S). A equipe campeã ganhou um prêmio em dinheiro, além dos certificados e menções honrosas para o segundo e terceiro lugar.

2019:

A edição de 2019 foi regional, e tinha como tema central: "Os Desafios do Trabalho Contemporâneo". Cerca de 24 (vinte e quatro) equipes foram selecionadas na etapa de memoriais e, dessas, apenas 12 (doze) passaram para etapa oral, que ocorreu no auditório da sede da OAB de Uberlândia, nos dias 08 e 09 de novembro. Os competidores (quase 60) eram estudantes de Direito e Relações Internacionais vindos de diversas instituições de ensino como: UNESP, UFU, UFLA, CESG, UNIUBE, etc. Na banca de juízes estavam representantes do TRT, MPT e UFU. O caso hipotético foi elaborado por um procurador do trabalho. Além do prêmio em dinheiro, também incluímos certificados de melhor orador(a) das etapas parciais, melhor orador(a) da competição e melhor memorial.

COMPETIÇÃO EM JULGAMENTO SIMULADO EM DIREITOS HUMANOS (MOOT COURT EM DIREITOS HUMANOS):

2020:

Restou evidente, portanto, que o evento mais que dobrou de tamanho de um ano para o outro. Com relação à 2018, houve um aumento de quase 100% no número de equipes inscritas (de 12 para 24). O alcance foi regional, e não mais local, já instituições de diferentes estados participaram da competição, mesmo que não fossem predominantes. A Comissão Organizadora triplicou de um ano para o outro. No Instagram, tivemos um aumento significativo no número de inscritos, tanto que a conta da versão de 2019 do Moot acabou se tornando a conta do próprio LabDH. O evento deu grande visibilidade para o Laboratório e para outros projetos vinculados a ele, o que possibilitou a integração com novos parceiros.

Uma edição internacional, com o tema de "Liberdade de Crença e Religião", organizada pelo CEDIRE, estava prevista para 2020, mas precisou ser adiada devido a pandemia de COVID-19.

Em 2019 houve um

aumento de 100%

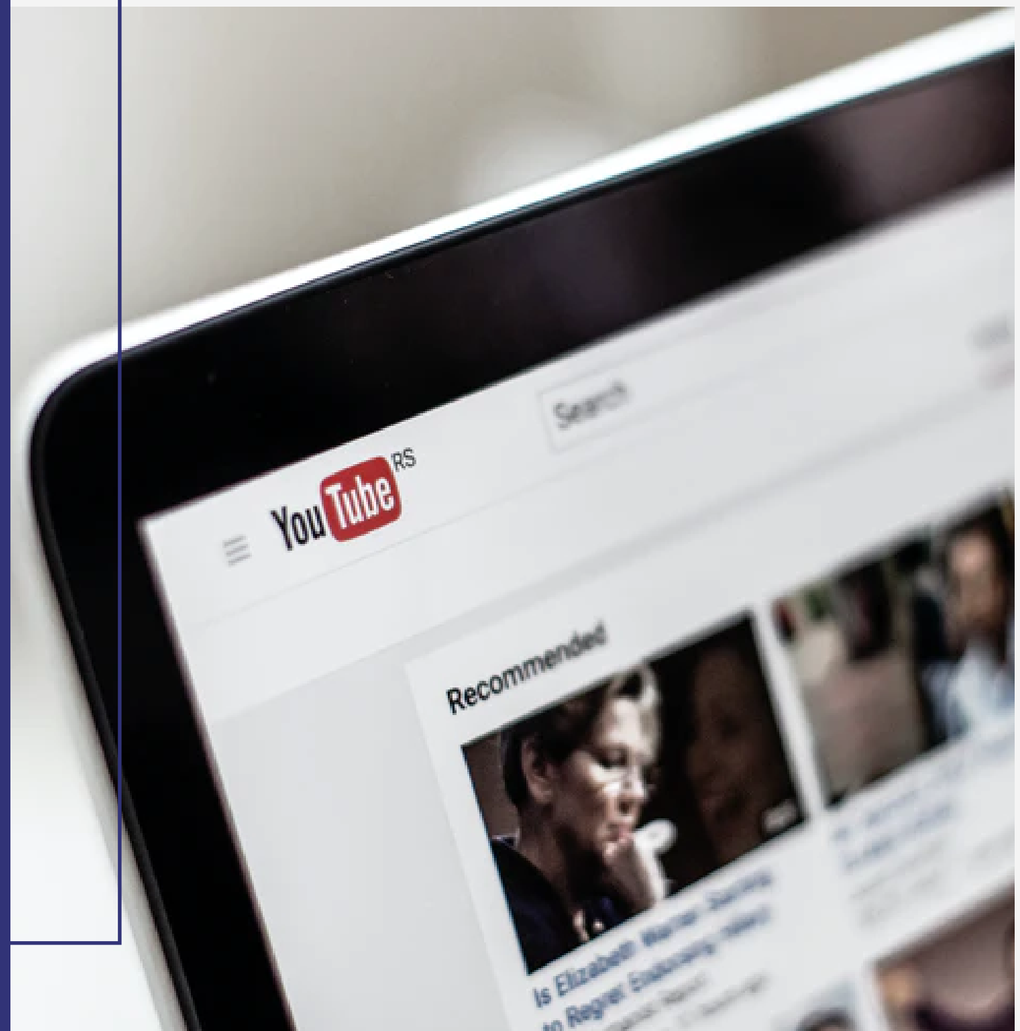
no número de competidores em relação a 2018



ALCANCE NAS REDES SOCIAIS DO LABDH

Laboratório de Direitos Humanos

YOUTUBE



Criação

O canal de *YouTube* do Laboratório de Direitos Humanos foi criado no ano de 2020;

Objetivo

A plataforma possui o objetivo de disponibilizar diversos projetos do grupo, como palestras e ciclos de estudo, com o intuito de aumentar seu alcance;

Público

O canal obteve sobretudo espectadores do Brasil e de Portugal;

Visualizações

O canal alcançou 1,2 mil visualizações no período entre 01/01/2020 e 12/12/2020.

CICLO DE ESTUDOS (YOUTUBE)

“O COVID-19 e a Responsabilidade Médica”

Prof. Dr. André Dias Pereira
(FDUC)

401 VISUALIZAÇÕES

“O direito ao esquecimento como direito fundamental na sociedade da informação”

Prof. Dr. Guilherme Magalhães Martins
(UFRJ)

241 VISUALIZAÇÕES

“Os Direitos Fundamentais, Direitos de Personalidade e os Direitos Transumanos”

Prof. Dra. Mafalda Miranda Barbosa
(FDUC)

226 VISUALIZAÇÕES

“Similitude ontológica entre direitos humanos e bens extrapatrimoniais (dano moral)”

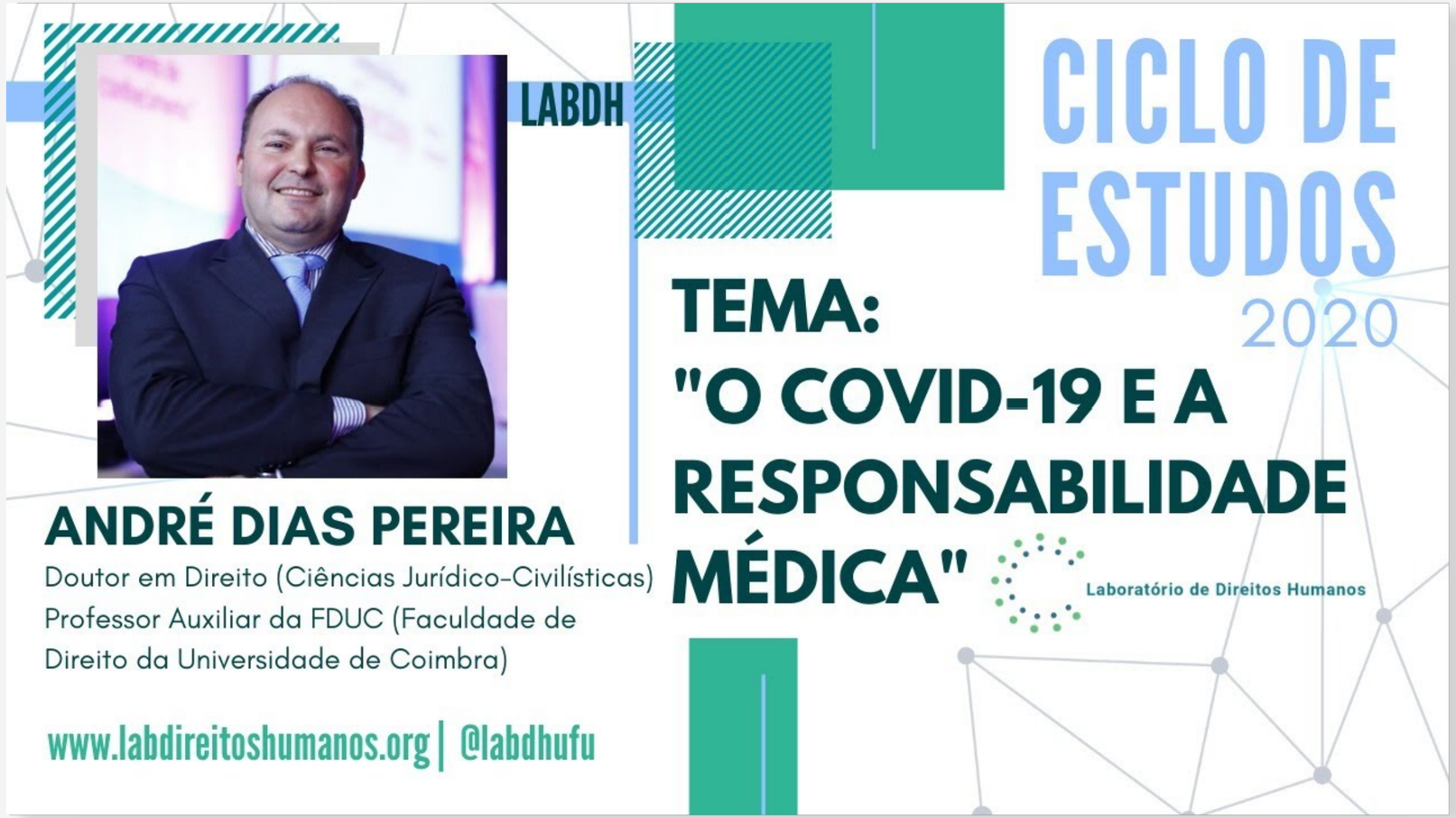
Prof. Dr. Alexandre Bonna

112 VISUALIZAÇÕES

CICLO DE ESTUDOS

“O COVID-19 e a Responsabilidade Médica”

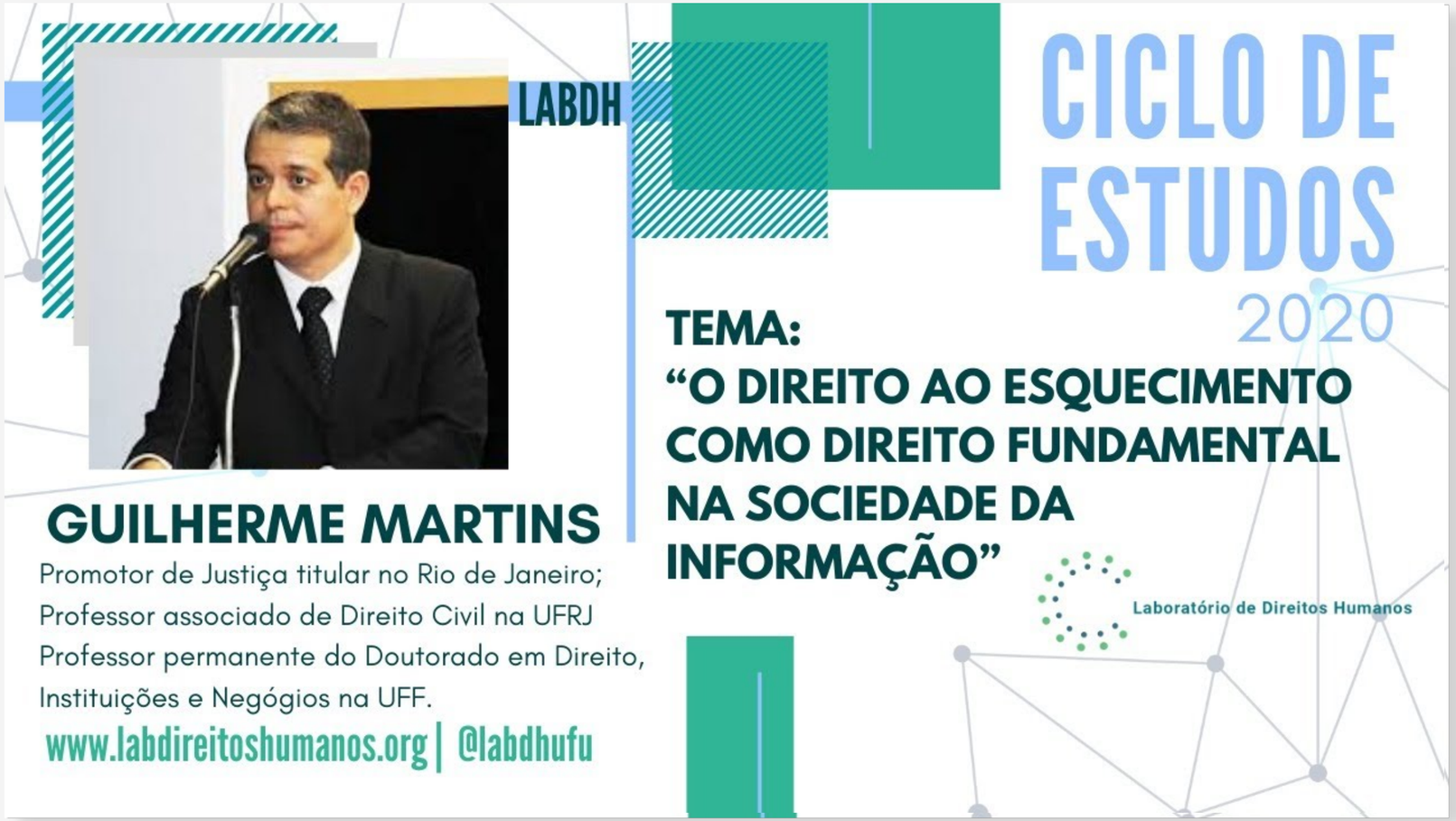
Prof. Dr. André Dias Pereira
(FDUC)



CICLO DE ESTUDOS

“O direito ao esquecimento como direito fundamental na sociedade da informação”

Prof. Dr. Guilherme Magalhães Martins (UFRJ)



CICLO DE ESTUDOS

“Os Direitos Fundamentais, Direitos de Personalidade e os Direitos Transumanos”

Prof. Dra. Mafalda Miranda Barbosa (FDUC)



CICLO DE ESTUDOS

“Similitude ontológica entre direitos humanos e bens extrapatrimoniais (dano moral)”

Prof. Dr. Alexandre Bonna



PALESTRAS (GOOGLE MEET)

“O Futuro do Poder”

Caio Scuarcialupi Mansini

94 INSCRIÇÕES

“Fronteiras, Refúgio e Organizações Internacionais em Tempos de Pandemia”

Victor Del Vecchio

166 INSCRIÇÕES

“Os Direitos Humanos no Contexto do Direito Penal e as Novas Tecnologias”

Vitor Sardagna Poeta

103 INSCRIÇÕES

“Os Direitos Humanos e a Proteção de Dados Pessoais”

José Faleiros Jr., Matheus Puppe e João Alexandre Guimarães

71 INSCRIÇÕES

PALESTRAS (GOOGLE MEET)

“Políticas Fiscal Brasileira Sob a Ótica dos Direitos Humanos”

Erick Hitoshi Guimarães Makiya

81 INSCRIÇÕES

“A Questão Palestina: Colonização, Resistência e Direitos Humanos”

Alexandre Nogueira Martins

115 INSCRIÇÕES

“Direitos Humanos e Religião no Contexto da Internet”

Andréa Guimarães, Edmilson Almeida e Gabriellen Carmo

54 INSCRIÇÕES

“Direitos humanos e fundamentais nos contratos privados”

Rafael Ferreira Bizelli

56 INSCRIÇÕES

PALESTRAS

“O Futuro do Poder”
Caio Scuarcialupi Mansini

94 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores
Uberlândia

Cursos
Direito, Relações Internacionais, Ciências da Computação, Serviço Social, Engenharia, Estatística



PALESTRAS

“Fronteiras, Refúgio e Organizações Internacionais em Tempos de Pandemia”

Victor Del Vecchio

166 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, Franca, Brasília. Belo Horizonte, Boa Vista, Londrina, São Paulo, Natal, Rio de Janeiro, Palmas, São José do Rio Preto, Manaus, Macapá, Lavras, Pouso Alegre, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Braga/PT.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, Ciências da Computação, Serviço Social, Psicologia, Filosofia, Saúde Coletiva, Ciências Biológicas, Ensino Médio, Física e Matemática, Contabilidade, Ciências Sociais, Pedagogia-



PALESTRAS

“Os Direitos Humanos no Contexto do Direito Penal e as Novas Tecnologias”

Vitor Sardagna Poeta

103 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, Vitória, Criciúma, São Paulo, Franca, Tubarão, Florianópolis, Bauru, Caçador, Araxá, Sorocaba, Vitória, Divinópolis, Curitiba, Teresina, Joinville, Salvador, Natal, Goiânia, Rio de Janeiro, São Luís, Santa Cruz do Sul.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, Engenharia.



PALESTRAS

“Os Direitos Humanos e a Proteção de Dados Pessoais”

José Faleiros Jr., Matheus Puppe e João Alexandre Guimarães

71 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, São Paulo, Santo Ângelo, Curitiba, Itajaí, Rio Verde, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Florianópolis.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, Administração.



PALESTRAS

“Políticas Fiscal Brasileira Sob a Ótica dos Direitos Humanos”

Erick Hitoshi Guimarães Makiya

81 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, São Paulo, São José dos Campos, Boa Vista, Itajaí.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, Engenharia, Nutrição.





PALESTRAS

“A Questão Palestina: Colonização, Resistência e Direitos Humanos”

Alexandre Nogueira Martins

115 INSCRIÇÕES

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, São Paulo, Belo Horizonte, Sumaré, Montes Claros, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Franca, Recife, São Cristóvão, Ribeirão Preto, Juiz de Fora.

Cursos

oDireito, Relações Internacionais, Engenharia, Artes Plásticas, Pedagogia, Ciências Sociais, Saúde Coletiva, História, Administração, Medicina, Jornalismo.



PALESTRAS

“Direitos Humanos e Religião no contexto da Internet”

Andréa Guimarães
Edmilson Almeida
Gabriellen Carmo

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, Macapá, Itaúna, João Pessoa, Mossoró, Campos dos Goytacazes, Salvador, Santa Maria, Lisboa/PT, Túnis/Tunísia.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, Psicologia, Administração, História



PALESTRAS

"Direitos Humanos e Fundamentais nos Contratos Privados

Prof. Rafael Ferreira Bizelli

Cidade dos Espectadores

Uberlândia, São Paulo, Belo Horizonte, Cuiabá, Poços de Caldas, Porto Alegre.

Cursos

Direito, Relações Internacionais, História.

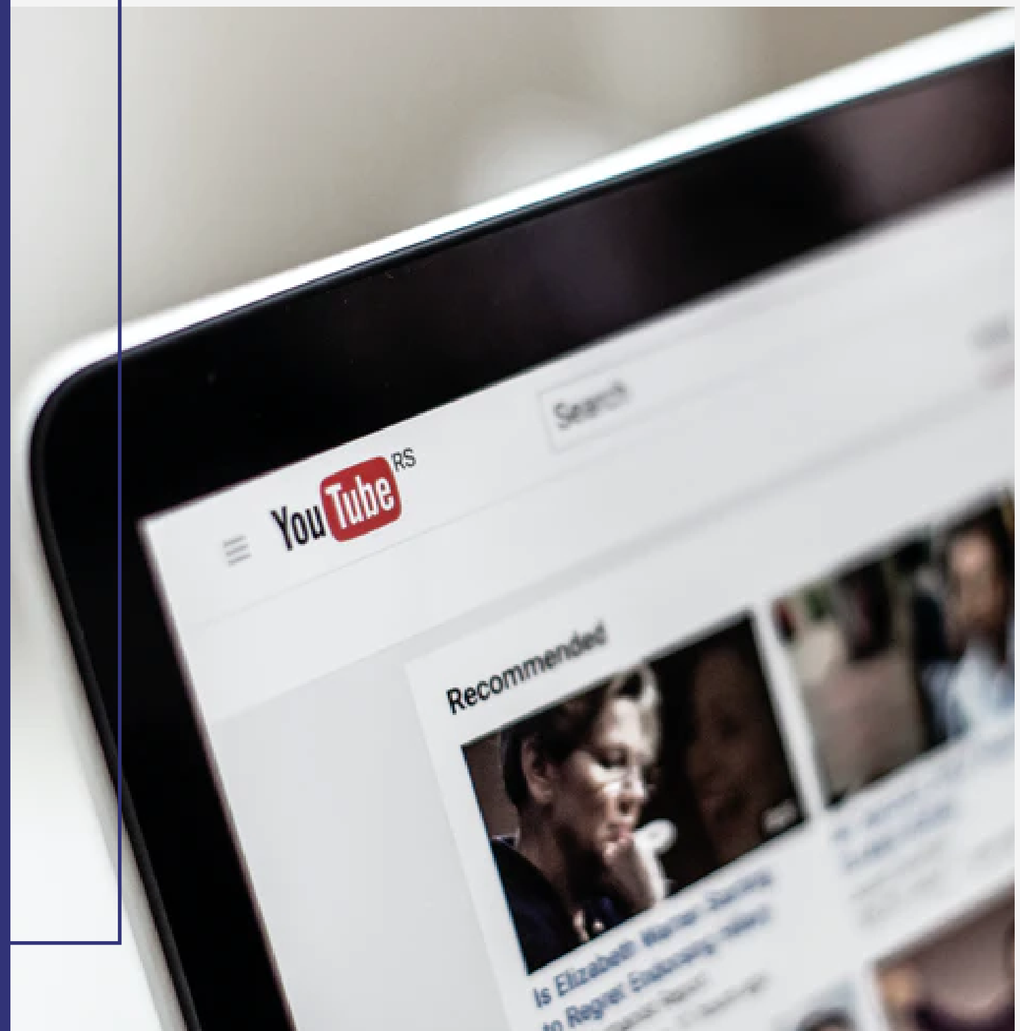


ALCANCE NAS REDES SOCIAIS DO CEDIRE

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS
direito&religião



YOUTUBE



Criação

O canal de *YouTube* do CEDIRE foi criado no ano de 2020;

Objetivo

A plataforma visa a ampliação do público do projeto em adição à comunidade interna e, possivelmente, acadêmica, além de disponibilizar permanentemente conteúdos do projeto.

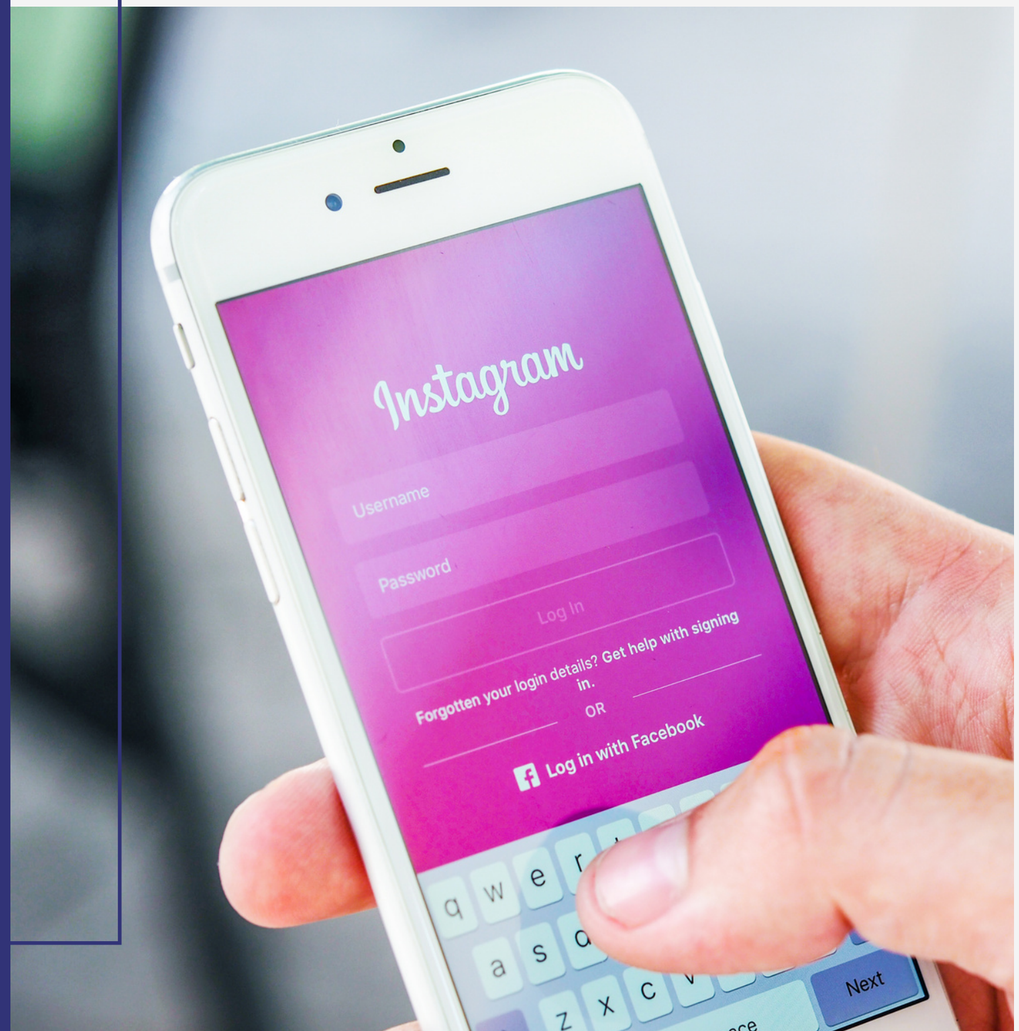
Projetos

Palestras, Grupo de Estudos, Fórum Permanente para a Liberdade de Religião e Convicções

Visualizações

179 inscritos desde a criação do canal em 2020 até dezembro de 2020, com uma média de 82 views por postagem

INSTAGRAM



Criação

O Instagram do CEDIRE foi criado em 2019.

Objetivo

A página funciona como um espelho do projeto, que reflete as conquistas e os passos que são dados e os transmitem para a comunidade em geral. Possuem quadros interativos que angariam novos membros e interessados pelo projeto.

Alcance

Desde a sua criação, o Instagram do CEDIRE já acumulou mais de 600 seguidores e possui um alcance médio de 400 contas por postagem.

EQUIPE DE CAPACITAÇÃO



Crescimento

no número de ouvintes dos seminários (e mais de 120 visualizações em cada vídeo do seminário disponibilizado no YouTube);

Cursos

2 cursos para servidores públicos com mais de 50 participantes de todo Brasil;

Workshops

2 Workshops com mais de 20 participantes de todo Brasil;



PREMIAÇÕES

PRÊMIO DE DIREITOS HUMANOS

O Laboratório de Direitos Humanos – LabDH, grupo de pesquisa sediado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, foi o projeto vencedor do 9º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, na categoria Práticas Humanísticas. O prêmio, que é uma das mais importantes premiações no contexto jurídico nacional, tem como objetivo homenagear a memória da juíza Patrícia Acioli – assassinada em 2011 – e dar continuidade à luta da magistrada em favor da dignidade humana. Criado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ em 2012, o prêmio busca promover o fortalecimento do diálogo entre o Poder Judiciário e a sociedade civil, reconhecendo e encorajando iniciativas no campo dos direitos humanos.



Laboratório de Direitos Humanos

UNAI MEMBER ACTIVITY REPORT

United Nations Academic Impact Program

2020

Federal University of Uberlândia - UFU

Brazil

[Report in English and Portuguese]

[ENGLISH]

During the 2020 reporting period, the Federal University of Uberlândia (UFU) undertook a number of activities that underscore its commitment to UNAI and its principles. Due to the COVID-19 pandemic all activities were carried out virtually through specialized platforms, and were often transmitted live. Nevertheless, the majority of activities promoted by the **Human Rights Laboratory (LabDH)** and the **Brazilian Center of Studies in Law and Religion (CEDIRE)**, had the collaboration of university students, government authorities, professors, experts and members of civil society in a joint effort to promote and protect Human Rights in a novel format. The following projects stand out as particularly noteworthy:

Pro Bono Publico: The project is designed to provide legal advice in strategic areas that show potential for impact and social change in the field of freedom of religion or belief. The phrase *pro bono publico*, generally used in its abbreviated form *pro bono*, relates to the promotion of the public good, i.e., that which produces benefits for the entire community. This objective, which encompasses the extensionist dimension of a public university, characterizes this project from the **Brazilian Center of Studies in Law and Religion**, which is done in partnership with the Office of Popular Legal Counsel of the Federal University of Uberlândia Law School. The project aims to engage students, professors and experts from the University, as well as volunteer attorneys and other professionals, in drafting or assisting in the production of reports, legal opinions, interventions such as *amicus curiae*, public hearing statements, proposal or analysis of public policies and bills, and others. In 2020, the project acted as *amicus curiae* in extraordinary appeal RE N° 1.099.099, which dealt with the right to freedom of religion or belief and the keeping of the day of rest in Brazilian law.

21st Century Skills and Competencies Course: The course is part of the "**New Technologies and the Challenges to the Realization of Social Rights: Contributions to Professional Training, Social Inclusion and Access to the Labor Market**" project, developed by the Human Rights Laboratory of the Federal University of Uberlândia Law School (UFU), in partnership with the University Support Foundation (FAU), with the support of the Labor of Justice (TRT-MG) and the Labor Prosecution Service (MPT). Its objective is to offer interdisciplinary training focused on the development of skills and abilities that favor **access to job opportunities impacted by new technologies**. The course program encompasses four thematic axes: 1) Law, 2) Administration and Finance, 3) Personal and Professional Development, and 4) Computing. In 2020, due to pandemic restrictions, the program had to be restructured and migrated to a virtual platform. The course is scheduled to take place from August/2020 to June/2021, and consists of the following modules: 1) New Technologies, Human Rights and Society, 2) Basic Computer Concepts - Computer Organization, Hardware, Computer Networks, 3) Business and Contract Law, 4) Cloud Computing, Internet of Things, Information Security, 5) Entrepreneurship, Business Plan and Business Strategy, 6) Software and Applications: Service Platform, Artificial Intelligence, Machine Learning, Database, 7) Law and Technology, 8) Labor Law, 9) Algorithms, Programming Languages, Basic Language Concepts, 10) Basic C Language Concepts, Input and Output, 11) Oral and Written Communication, 12) Programming with Conditional Structures and Logical Operators; Problem Solving, 13) Professional Communication, 14) Programming with Control Structures; Problem Solving, 15) Project Management and 16) Programming with Functions; Problem Solving.

Good Practices for Public Servants Workshops: The workshops **"Freedom of Religion or Belief: Good Practices for Public Service"** are aimed to contribute to the training of public servants and civil society representatives with the purpose of improving public service and building public policies that promote, protect and respect freedom of religion or belief for all. Each workshop was dedicated to themes related to the "Freedom of Religion or Belief: Good Practices for Public Service" that provides support to these training events. The covered themes were: 1) General Public Service; 2) Public Health; 3) Public Education; 4) Public Security; 5) Prison System; 6) Collegiate Agencies. Each one of these topics was discussed keeping in mind freedom of religion or belief, as well as basic concepts, legislation, national jurisprudence and international experiences. The Workshops took place in November and December of 2020, through a virtual platform, and had around 40 participants.

Course: "Freedom of religion or belief in the realization of justice": The course had the aim of training public servants and other professionals working in the justice system throughout the country. Born from a University of Oslo project, through The Oslo Coalition on Freedom of Religion or Belief, in partnership with the Brazilian Center of Studies in Law and Religion (CEDIRE/UFU) and the School of Magistracy (AJURIS/TJRS), the training intended to strengthen the skills and competencies of the participants for the better protection and promotion of freedom of religion or belief. The meetings (6) were held virtually in the months of October and November, and had about 50 participants.

Legal Observatory of Freedom of Belief and Religion: The Legal Observatory of Freedom of Belief and Religion is dedicated to monitoring human rights related to the exercise of religion or belief in Brazil and internationally, with the objective of spreading information, promoting awareness and training on the subject, inas well as contributing to the growth of new focuses of scientific research and university extension. In order to achieve this, it seeks to prepare and disseminate summaries, notes or comments on legal cases, create a repository of documents (laws, treaties, declarations, plans, programs, etc.), translate documents into Portuguese (so that they are more accessible to students, researchers and other professionals), divulge news published in newspapers, amongst other actions related to the monitoring and dissemination of information on the protection of freedom of religion or belief. The activities are carried out with respect to the interconnection between teaching, research and extension, and aim to be supported by the exchange of knowledge between the academic community and the external community, that occurs from the contact with the cases examined and the dialogue favored by the events and other activities of the Brazilian Center of Studies in Law and Religion - CEDIRE.

Permanent Forum for Freedom of Religion and Belief: The Forum is an initiative of the Brazilian Center of Studies in Law and Religion - CEDIRE, whose fundamental objective is to create spaces for listening and dialogue on issues related to the exercise of freedom of religion or belief in the context of a plural society. Established by the Federal University of Uberlândia - UFU with the support of other public institutions and civil society, the Forum seeks to organize varied meetings and events aimed at achieving its objectives. For this purpose, it counts on the efforts of a team of members of the academic community, including undergraduate students from UFU and other institutions and sectors. In 2020, the Forum held three virtual meetings, available on the CEDIRE youtube channel:

(1) "Freedom of Religion or Belief in Times of Pandemic: Legal Perspectives", which had the participation of three lawyers with experience in handling cases or dealing with institutions related to different religious communities, mainly Evangelical/Adventist, Catholic and African-based religions:

- **Dr. Arthur Albuquerque Rodrigues** (lawyer; head of the Third Sector Department at the National Association of Evangelical Jurists);
- **Dra. Edoarda S. Scherer** (lawyer and president of the National Council of Christian Churches of Brazil, in Rio Grande do Sul);
- **Dra. Andreia Cristina Pinto** (lawyer; member of the Commission for Racial Equality and the Commission for Human Rights of OAB/RS).

(2) "Freedom of Religion or Belief in Times of Pandemic: Religious Perspectives", which had the participation of representatives of evangelical, Islamic and Buddhist religions:

- **Dr. Jeová Barros de Almeida Júnior** (evangelical representative);
- **Sheik Jihad** (representative of Islam);
- **Monge Ryozan Sensei** (Buddhist representative);

(3) "Media, Human Rights and Religion: perspectives on journalistic activity in the context of religious plurality", which had the participation of two journalists and three representatives of religious communities:

- **Evaldo Xavier Gomes** (Catholic Priest of Ordem do Carmo);
- **Jorge Claudio Noel Ribeiro Jr** (journalist);
- **Magali do Nascimento Cunha** (journalist);
- **Mametu Nangetu** (Candomblé representative);
- **Feizi Masrour Milani***:* (member of the Bahá'í Community of Brazil);

Study Group on Human Rights, Citizenship and Development: In 2020, the chosen theme for the group was: "**Human Rights, Citizenship and Development**". Due to the COVID-19 pandemic the meetings were held online, once a week, from September to December. The group discussed the multifaceted relationship between **Companies and Human Rights**, using as a framework for analysis the **Sustainable Development Goals, the Guiding Principles on Business and Human Rights and the Ten Principles of the United Nations Global Compact,** supported by the concept of Corporate Social Responsibility and Responsible Business Conduct.

The group had the participation of a total of 35 students, of both graduate and undergraduate level.

Study Group on Freedom of Religion and Belief: At CEDIRE, the meetings were held throughout the year. The first semester had **"Law and Religion: Comparative Law"** as the theme and in the second semester the focus was **"State, Religion, Politics and Morals**", under the general theme of "**Freedom of Religion or Belief**". The group was formed with the inclusion of undergraduate and master students, being 35 in total. The study group was conducted under the guidance of Professor Rodrigo Vitorino, and during the second semester it also had the guidance of master students of the Federal University of Uberlândia. In total, the group had the participation of approximately 60 members.

Lectures, seminars, round tables and study cycles:

LECTURES: "The future of Power", by Prof. Caio Scuarcialupi Mancini (2020); "Borders, Refuge and International Organizations in times of pandemic", with lawyer Victor Del Vecchio (2020); "Brazilian fiscal policy from the perspective of human rights", with Erick Hitoshi Guimarães Makiya (master's degree -UFU) (2020); "The Palestinian issue: colonization, resistance and human rights", with Alexandre Nogueira Martins (FFLCH/USP) (2020); "Human and Fundamental Rights in private contracts", with Prof. Rafael Ferreira Bizelli (UFU) (2020) **STUDY CYCLES:** "COVID-19 and medical responsibility", with Prof. Dr. André Dias Pereira (UC) (2020); "The right to forgetfulness as a fundamental right in the information society", with Guilherme Magalhães Martins (MPRJ) (2020); "Fundamental Rights, Personality Rights and Transhuman Rights", with Prof. Mafalda Miranda Barbosa (UFC) (2020); "Ontological similarity between human rights and extrapatrimonial assets (moral damages)", with lawyer Alexandre Pereira Bonna (2020); "Human rights in the context of criminal law the new technologies", with lawyer Victor Poeta (2020); **SEMINARS:** "Human Rights and Personal Data Protection", with José Luiz de Moura Faleiros Júnior (IAPD), Matheus Puppe (lawyer) and João Alexandre Guimarães (doctoral student - UC) (2020); "The right to religious freedom in the prison system," with Dr. Antonio Carlos da Rosa Silva Junior; "Conscientious Objection", with Damaris Moura Kuo (State Representative in São Paulo, Lawyer and former president of the Law and Religious Freedom Commission of OAB of São Paulo) and Carmen Asiaín Pereira (Senator in Uruguay, Lawyer, Professor and former president of the Latin American Consortium for Religious Freedom); "The

protection of freedom of religion or belief in the context of the pandemic," with Camila Silva Nicácio (Professor of Law at the Federal University of Minas Gerais) and Jayme Weingartner Neto (TJRS Associate Judge and Professor at Unilassalle); "The possibilities of a reading of the legal phenomenon through religion", with Caetano Dias Correa (Professor of Law at the Federal University of Santa Catarina).

Awards:

The Human Rights Laboratory - LabDH was the winning project of the **9th AMAERJ Patrícia Acioli Human Rights Award, in the category Humanistic Practices.** The award, one of the most prestigious in the legal domestic context, is in memory of Judge Patricia Acioli - murdered in 2011 - and aims to continue the magistrate's fight for human dignity. Created by the Association of Magistrates of the Rio de Janeiro State - AMAERJ in 2012, the award seeks to strengthen and promote the dialogue between the Judiciary and civil society, recognizing and encouraging initiatives in the field of human rights.

[PORTUGUESE]

Durante o período de relatório 2020, Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desenvolveu inúmeros projetos que evidenciaram seu compromisso com UNAI e seus princípios. Em razão da pandemia instaurada pela COVID-19, todas ações foram realizadas de forma virtual, por meio de plataformas especializadas, e, quase sempre, transmitidas ao vivo. Mesmo assim, a maior parte delas, fomentadas pelo **Laboratório de Direitos Humanos (LabDH)** e pelo **Centro de Estudos Brasileiro em Direito e Religião (CEDIRE)**, contou com a colaboração de estudantes universitários, autoridades governamentais, professores, especialistas e membros da sociedade civil, em um empenho conjunto para promoção e proteção dos Direitos Humanos, em um novo formato. Destacaram-se:

Pro-Bono Público: O projeto destina-se a desenvolver ações de assessoria jurídica em áreas estratégicas e que apresentam potencial de impacto e transformação social em matéria de liberdade de religião e convicções. A expressão *pro bono público*, em geral empregada sob a forma abreviada *pro bono*, refere-se à promoção do bem público, isto é, daquilo que produz benefícios para toda a comunidade. Essa finalidade, que integra a essência da dimensão extensionista de uma Universidade pública, caracteriza este projeto do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE) em parceria com o Escritório de Assessoria Jurídica

Popular (ESAJUP), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. O programa objetiva envolver discentes, docentes e técnicos da universidade, assim como advogados voluntários e outros profissionais, na elaboração ou auxílio à elaboração de relatórios, pareceres jurídicos, intervenções como *amicus curiae*, manifestações em audiências públicas, proposta ou análise de políticas públicas e projetos de lei, entre outros. Em 2020, atuaram como *amicus curiae* no Recurso Extraordinário (RE) N° 1.099.099, que tratou sobre o direito à liberdade de religião ou crença e a guarda do dia do descanso no direito brasileiro.

Curso de Habilidades e Competências do século XXI: O curso integra o Projeto "**Novas Tecnologias e os Desafios à Efetivação dos Direitos Sociais: Contribuições para a Capacitação Profissional, a Inclusão Social e o Acesso ao Mercado de Trabalho**", desenvolvido pelo Laboratório de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em parceria com a Fundação de Apoio Universitário (FAU), com o apoio da Justiça do Trabalho (TRT-MG) e do Ministério Público do Trabalho (MPT). Seu objetivo é oferecer capacitação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam o **acesso às oportunidades de trabalho impactadas pelas novas tecnologias.** O programa do curso abrange quatro eixos temáticos: 1) Direito, 2) Administração e Finanças, 3) Desenvolvimento Pessoal e Profissional, e 4) Computação. Em 2020, por causa das restrições impostas pela pandemia, o programa precisou migrar ser reformulado para as plataformas virtuais. O curso está previsto para acontecer de agosto/2020 até junho/2021, e tem como módulos: (1) Novas Tecnologias, Direitos Humanos e Sociedade, (2) Conceitos Básicos de Computação - Organização de Computadores, Hardware, Redes de Computadores, (3) Direito das Empresas e dos Contratos, (4) Computação em Nuvem, Internet das Coisas, Segurança da Informação, (5) Empreendedorismo, Plano de Negócios e Estratégia Empresarial, (6) Software e Aplicações: Plataforma de Serviços, Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Banco de dados, (7) Direito e Tecnologia, (8) Direito do Trabalho , (9) Algoritmos, Linguagens de Programação, Conceitos básicos da Linguagem, (10) Conceitos básicos da Linguagem C, Entrada e Saída, (11) Comunicação Oral e Escrita, (12) Programação com Estruturas Condicionais e Operadores Lógicos; Resolução de Problemas, (13) Comunicação Profissional, 14) Programação com Estruturas de Controle; Resolução de Problemas, (15) Gestão de Projetos e (16) Programação com Funções; Resolução de Problemas.

Workshops de Boas Práticas para Servidores Públicos: Os *workshops* **"Liberdade de Religião ou Crença: Boas Práticas para o Serviço Público"** tem como objetivo contribuir para a

capacitação de servidores públicos e de representantes da sociedade civil com vistas ao aprimoramento do serviço público e à construção de políticas públicas que promovesse, protegessem e respeitassem a liberdade de religião ou crença de todas as pessoas. Cada *workshop* ou oficina se dedicou a um ou mais temas relacionados com o manual homônimo que serve de apoio a estas ações de capacitação. Os temas discutidos foram: 1) Serviço Público em Geral; 2) Saúde Pública; 3) Educação Pública; 4) Segurança Pública; 5) Sistema Carcerário; 6) Órgãos Colegiados. Cada um desses temas foi discutido à luz da liberdade de religião ou crença, incluindo-se conceitos básicos, legislação, jurisprudência nacional e experiências internacionais. Os *Workshops* aconteceram em novembro e dezembro de 2020, por meio de plataforma virtual, e obteve cerca de 40 participantes.

Curso: "A liberdade de religião ou crença na realização da Justiça": O curso destinou-se à capacitação de servidores públicos e outros profissionais atuantes no sistema de justiça em todo o território nacional. Nascido de um projeto da Universidade de Oslo, por meio de *The Oslo Coalition on Freedom of Religion or Belief*, em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE/UFU) e com a Escola da Magistratura (AJURIS/TJRS), a capacitação teve como objetivo fortalecer as habilidades e competências dos participantes para a melhor proteção e promoção da liberdade de religião ou crença. Os encontros (6) aconteceram virtualmente, nos meses de outubro e novembro e obteve cerca de 50 participantes.

Observatório Jurídico da Liberdade de Crença e Religião: O Observatório Jurídico da Liberdade de Religião ou Crença dedica-se ao monitoramento dos direitos humanos associados ao exercício de religiões e crenças no Brasil e no plano internacional, com o objetivo de disseminar informações, promover a conscientização e favorecer a capacitação sobre o tema, além de contribuir para o surgimento de novas ênfases na pesquisa científica e na extensão universitária. Para tanto, procura-se elaborar e divulgar resumos, notas ou comentários de casos jurídicos, criar um repositório de documentos (leis, tratados, declarações, planos, programas, etc.), realizar a tradução de documentos para a língua portuguesa (a fim de que sejam mais acessíveis a estudantes, pesquisadores e outros profissionais), divulgar notícias veiculadas em jornais (repost de notícias), entre outras ações relacionadas ao monitoramento e à divulgação de informações sobre a proteção da liberdade de religião ou crença. As ações são realizadas com observância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e buscam amparar-se na troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, o que ocorre a partir do contato com os casos examinados e da construção dialógica favorecida pelos eventos e

outras atividades do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião - CEDIRE, ao qual o Observatório está vinculado.

Fórum Permanente para Liberdade de Religião e Convicções: O Fórum é uma iniciativa do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião – CEDIRE, cujo objetivo fundamental é a constituição de espaços de escuta e diálogo em questões associadas ao exercício da liberdade de religião ou crença no contexto de uma sociedade plural. Instituído a partir da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, com apoio de outras instituições públicas e da sociedade civil, o Fórum busca organizar reuniões e eventos de diferentes naturezas voltados à consecução de seus objetivos, e para isso conta com a atuação de uma equipe formada por integrantes da comunidade acadêmica, entre os quais estão os estudantes da UFU, assim como de outras instituições e setores. Em 2020, o Fórum realizou três encontros virtuais, disponíveis no Youtube do CEDIRE:

(1) "Liberdade de Religião e Convicções em Tempos de Pandemia: Perspectivas Jurídicas", que contou com a participação de três advogado(a)s experientes na atuação em casos ou instituições relacionados a diferentes comunidades religiosas, sobretudo evangélica/adventista, católica e de matriz africana:

- **Dr. Arthur Albuquerque Rodrigues** (advogado; chefe do Departamento do Terceiro Setor na Associação Nacional dos Juristas Evangélicos);
- **Dra. Edoarda S. Scherer** (advogada e presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, no Rio Grande do Sul);
- **Dra. Andreia Cristina Pinto** (advogada; integrante da Comissão Igualdade Racial e da Comissão de Direitos Humanos na OAB/RS).

(2) "Liberdade de Religião e Convicções em Tempos de Pandemia: Perspectivas Religiosas", que contou com a participação de três representantes das religiões: evangélica, islâmica e budista:

- **Dr. Jeová Barros de Almeida Júnior** (representante evangélico;
- **Sheik Jihad** (representante islâmico);
- **Monge Ryozan Sensei** (representante budista);

(3) "Mídia, Direitos Humanos e Religião: perspectivas sobre a atividade jornalística no contexto da pluralidade religiosa", que contou com a participação de dois jornalistas e de três representantes de comunidades religiosas:

- **Evaldo Xavier Gomes** (sacerdote da Ordem do Carmo);
- **Jorge Claudio Noel Ribeiro Jr** (jornalista);
- **Magali do Nascimento Cunha** (jornalista);
- **Mametu Nangetu** (representante do Candomblé);
- **Feizi Masrour Milani***:* (membro da Comunidade Bahá'í do Brasil);

Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento: Em 2020/02, o grupo do LabDH, teve como tema: **"Direitos Humanos, cidadania e desenvolvimento".** O formato passou a ser online, em razão da pandemia da COVID-19, e os encontros aconteceram uma vez por semana, de setembro a dezembro. Tratou-se das multifacetadas relações entre **Empresas e Direitos Humanos**, tendo como quadro de análise os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas**, com apoio nos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e de Conduta Empresarial Responsável. O grupo foi desenvolvido com a integração de graduandos e mestrandos, sendo 35 alunos no total.

Grupo de Estudos em Liberdade de Religião e Convicções: No CEDIRE, os encontros aconteceram durante todo o ano de 2020 e tiveram no primeiro semestre a temática **"Direito e Religião: Direito Comparado"** e no segundo semestre a temática **"Estado, Religião, política e Moral"**, sob o tema geral **"Liberdade de Religião e Convicções".** O grupo de estudos foi desenvolvido durante o primeiro semestre sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Vitorino e no segundo semestre sob orientação desse e integração entre alunos e mestrandos da Universidade Federal de Uberlândia. Cerca de 60 membros participaram dos encontros virtuais.

Algumas palestras, seminários, rodas de conversa e ciclos de estudos: SEMINÁRIOS: "O futuro do Poder", o Prof. Caio Scuarcialupi Mancini (2020); "Fronteiras, Refúgio e Organizações internacionais em tempos de pandemia", com o advogado Victor Del Vecchio (2020); "Política fiscal brasileira sob a ótica dos direitos humanos", com Erick Hitoshi Guimarães Makiya (mestrando -UFU) (2020); "A questão palestina: colonização, resistência e direitos

humanos", com Alexandre Nogueira Martins (mestrando FFLCH/USP) (2020); "Direitos Humanos e Fundamentais nos contratos privados", com Prof. Rafael Ferreira Bizelli (UFU) (2020) **CICLO DE ESTUDOS:** "O COVID-19 e a responsabilidade médica", com o Prof. Dr. André Dias Pereira (UC) (2020)**;** "O direito ao esquecimento como direito fundamental na sociedade da informação", com Guilherme Magalhães Martins (MPRJ) (2020)**;** "Os direitos fundamentais, direitos de personalidade e direitos transumanos", com a Profa. Mafalda Miranda Barbosa (UFC) (2020)**;** "Similitude ontológica entre direitos humanos e bens extrapatrimoniais (dano moral)", com o advogado Alexandre Pereira Bonna (2020)**;** "Os direitos humanos no contexto do direito penal as novas tecnologias", com o advogado Victor Poeta (2020) **SEMINÁRIOS:** "Direitos Humanos e proteção de dados pessoais", com José Luiz de Moura Faleiros Júnior (IAPD), Matheus Puppe (advogado) e João Alexandre Guimarães (doutorando- UC) (2020)**;** "O direito à liberdade religiosa no sistema prisional", com o Dr. Antonio Carlos da Rosa Silva Junior; "Objeção de Consciência", com Damaris Moura Kuo (Deputada Estadual em São Paulo, Advogada e ex-presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB de São Paulo) e Carmen Asiaín Pereira (Senadora no Uruguai, Advogada, Professora e ex-presidente do Consórcio Latino-Americano de Liberdade Religiosa); "A proteção da liberdade de religião ou crença no contexto da pandemia", com Camila Silva Nicácio (Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais) e Jayme Weingartner Neto (Desembargador do TJRS e Professor da Unilassalle); "As possibilidades de uma leitura do fenômeno jurídico a partir da religião", com Caetano Dias Correa (Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina).

Premiações:

O Laboratório de Direitos Humanos – LabDH foi o projeto vencedor do **9º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, na categoria Práticas Humanísticas**. O prêmio, que é uma das mais importantes premiações no contexto jurídico nacional, tem como objetivo homenagear a memória da juíza Patrícia Acioli – assassinada em 2011 – e dar continuidade à luta da magistrada em favor da dignidade humana. Criado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ em 2012, o prêmio busca promover o fortalecimento do diálogo entre o Poder Judiciário e a sociedade civil, reconhecendo e encorajando iniciativas no campo dos direitos humanos.